



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO**

**Município: SÃO LOURENÇO/MG**



#### Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	4
IV - METODOLOGIA	5
V - CONSTATAÇÕES	6
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	29
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	29
VIII - CONCLUSÃO	30
IX - FOLHA DE ASSINATURA	32
X - ANEXOS	33





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



## I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada eixo COVID-19

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

CPF/CNPJ: 18.188.219/0001-21

Município/UF: SÃO LOURENÇO-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

CPF/CNPJ: 18.188.219/0001-21

Município/UF: SÃO LOURENÇO/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Controle, Avaliação e Auditoria

Abrangência: março 2020 a dezembro 2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	27/02/2023	20/04/2023
Execução - In loco	24/04/2023	28/04/2023
Relatório	02/05/2023	22/05/2023

Tarefa Nº: 147563

Natureza da Entidade: Municipal

## II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES



### III - INTRODUÇÃO

#### 1- Fator Desencadeante:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria- CEA/SUS-MG - Exercício de 2023, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

#### 2- Objetivo e Escopo:

Realizar Auditoria Programada na Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço, tendo como unidade visitada o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a dezembro/2021.

#### 3- Caracterização do Objeto:

São Lourenço é um dos municípios polo da Macrorregião de Saúde Sul e sede da microrregião de São Lourenço. Possui população estimada de 46.539 hab. (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/saolourenco-ibge> 2021- acessado em 09/05/2023). A microrregião de Saúde atende a 24 municípios e possui uma população estimada de 262.449 habitantes (IBGE/TCU-2018-acessado em 09/05/2023). É habilitado em gestão sobre seus precatórios conforme Deliberação CIB-SUS/MG n.º 1.823 de 12 de maio de 2014. A Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço está inscrita no CNES 6409199 de acordo com dados obtidos no CNES datados em 14.03.2022 e no endereço eletrônico: <https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/ficha/identificacao/3163706409199> disponível no site DATASUS/Ministério da Saúde. O Cadastro do Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço no CNPJ é n.º 11.367.641/0001-03, de acordo com dado obtido em 13/03/2023 no endereço eletrônico: [https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva\\_solicitacao.asp](https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp), no site da Receita Federal do Brasil.

Segundo o Plano de Contingência da Macrorregião o município de São Lourenço ocupa a 2ª referência para SRAG. A unidade visitada nesta auditoria foi o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, entidade de natureza privada, sem fins lucrativos-filantrópico, CNES-2764814. A entidade foi contemplada com incentivo pela disponibilização de Leitos COVID-19 por meio das Resoluções: SES/MG: N.º 7160/2020 (alterada pela Res.7213/2020) ; N.º 7265/2020 (alterada pela Res. 7357); N.º 7295/2020 (alterada pela Res.7348); N.º 7384/2021; N.º 7396/2021 (alterada pela Res.7451); N.º 7446/2021 (alterada pela Res.7467); N.º 7482/2021; N.º 7595/2021; N.º 7683/2021; N.º 7770/2021 e 7890/2021.

A SMS de São Lourenço celebrou os seguintes contratos e convênios com o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, no período de 01/03/2020 a 31/12/2021, que serviram para o repasse de recursos financeiros (de origem Federal e Estadual) relativos ao enfrentamento da COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade: Convênio de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio de 20/07/2020 (Port.1717/20); Convênio de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio de 24/11/2020 (Port. 2994/20); Convênio de 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio de 15/01/2021 (Port.3567/21); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20); Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21); Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021(Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021 (Res.7461/21); Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021 (Resolução 7511/2021); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021 (Resolução 7546/2021); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21); Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021 (Resolução 7607/2021); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021 (Resolução 7655/2021); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021 (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21).

A Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais celebrou TERMO DECOMPROMISSO Nº744/7461 com a SMS de São Lourenço, cujo objeto é o apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano Operativo de Contingência Macrorregional – Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e vigência de 6 meses a partir de 19/04/2021.

A Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço não repassou ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, recursos



próprios do Fundo Municipal de Saúde destinados a ações de média/alta complexidade de enfrentamento da COVID no período de março/2020 a dezembro/2021 e também não adquiriu equipamentos, materiais, insumos ou medicamentos destinados ao enfrentamento da pandemia para a referida instituição hospitalar, considerando que essas aquisições ocorreram pelo próprio prestador.

Observação: Não serão dirigidas notificações dessa auditoria ao ex.secretário municipal de saúde de São Lourenço, Sr. E.S.A. (exercício 02/04/2020 a 31/12/2020), em razão de seu falecimento ocorrido em data anterior à fase operativa da auditoria e da ausência de interesse processual decorrente desse fato.

#### IV - METODOLOGIA

##### 1- Fase Analítica

- A fase analítica se desenvolveu no período de 27/02/2023 a 20/04/2023, realizada:

- Leitura e análise dos documentos desencadeadores da auditoria presentes no Processo Administrativo Eletrônico SEI nº 1320.01.0134888/2021-81;
- Análise de documentos enviados pela SMS de São Lourenço via SEI, relativos à pasta de papéis de trabalho do processo SEI nº 1320.01.0134891/2021-97;
- Foram feitas análises dos seguintes documentos:
  - Instrumentos jurídicos formalizados entre a SES e a SMS de São Lourenço: Termo de Compromisso Nº 744/7461 de 19/04/2021;
  - Instrumentos jurídicos formalizados entre a SMS/São Lourenço e o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço:
- Contratos e Convênios números: Convênio de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio de 20/07/2020 (Port.1717/20); Convênio de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio de 24/11/2020 (Port. 2994/20); Convênio de 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio de 15/01/2021 (Port.3567/21); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20); Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21); Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021(Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021 (Res.7461/21); Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021 (Resolução 7511/2021); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021 (Resolução 7546/2021); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21); Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021 (Resolução 7607/2021); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021 (Resolução 7655/2021); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021 (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21), que serviram para o repasse de recursos financeiros (de origem Federal e Estadual) relativos ao enfrentamento da COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade;
- Legislações que tratam da destinação dos recursos para enfrentamento da COVID -19;
- Prestações de contas apresentadas pela instituição beneficiária à SMS de São Lourenço;
- Verificação das aquisições de equipamentos, materiais, insumos e medicamentos pela SMS destinados ao enfrentamento à Covid-19;
- Extração de situação cadastral no CNPJ relativos ao Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço em: <https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj>; da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço em: <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>; dos recursos financeiros de origem Federal do período de março/2020 a dezembro/2021, destinados a ações de enfrentamento ao COVID 19 no município de São Lourenço em: <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>; dos recursos financeiros de origem Estadual do período de março/2020 a dezembro/2021, destinados a ações de enfrentamento ao COVID 19 no município de São Lourenço em: <http://www.transparencia.mg.gov.br>, e planilhas recebidas da AUDSUS-SES-MG; dos recursos destinados a ações de enfrentamento ao COVID 19 no município de São Lourenço; Extração de informação do site: <http://sig-res.saude.mg.gov.br/>, para verificação dos Termos de Compromisso/Metas celebrados entre a SES/MG e a SMS de São Lourenço e o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço;



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- Elaboração de dois relatórios com as informações extraídas do Portal do FNS referentes aos repasses destinados a ações de enfrentamento ao COVID 19 ao FMS de São Lourenço e com as informações extraídas do Sistema SIGRES e Portal do Portal da Transparência MG referentes aos repasses efetuados pelo FES ao FMS São Lourenço.

#### Fase Operativa.

A fase operativa ocorreu no período de 24/04/2023 a 28/04/2023

Dia 24/04/2023

- Reunião de abertura da auditoria com a apresentação da equipe na SMS de São Lourenço, com a participação da Diretora de Saúde (representando a gestora), da ex-gerente do Controle e Avaliação, da Diretora Administradora de Saúde e do representante do CMS, para esclarecimentos dos trabalhos de auditoria a serem realizados durante a fase operativa.-

Do dia 25 ao dia 27/04

- Análise dos documentos originais apresentados pelo auditado e unidade visitada. Verificação in loco das informações.
  - Esclarecimentos do funcionamento do SCRA no enfrentamento da pandemia COVID 19 e gestão dos recursos financeiros - análise financeira e entendimentos com o setor de prestação de contas;
  - Visita in loco ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, para esclarecimentos contábeis compra e doações de equipamentos/patrimônios e notas fiscais;
  - Resolução das pendências e esclarecimentos finais nos setores afins;
  - Reunião de encerramento e assinatura do Termo de Auditoria e Termos de Entrevistas com as devidas orientações sobre o processo administrativo com o fluxo, prazos estabelecidos e a garantia de ampla defesa ao auditado.
- Elaborado o Anexo 01 - Analisadas as transferências de recursos para enfrentamento à COVID-19 pelo FMS de São Lourenço ao HFCCSL.
- Elaborado o Anexo 02- Analisadas as transferências de recursos para enfrentamento à COVID-19 pelo FES ao HFCCSL.

3- Limitações: Não houve limitações

#### V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 666493

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço para o repasse de recursos financeiros de origem Federal e Estadual, referente ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

**Evidência:** Após extração de dados e análise dos documentos apresentados pelo auditado verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço celebrou com o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço no período de março/2020 a dezembro/2021 os seguintes convênios e contratos para o repasse de recursos destinados ao enfrentamento da COVID 19:

- Convênio s/nº de 29/04/2020: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 774/2020. Objeto: custeio de ações e serviços relacionados à assistência ambulatorial e hospitalar decorrentes da COVID 19 no valor de R\$ 1.547.619,37 (um milhão quinhentos e quarenta e sete mil seiscentos e dezenove reais e trinta e sete centavos. Vigência: 30/08/2020. Recurso transferido integralmente em 30/04/2020 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- Convênio s/nº de 04/05/2020: Recurso de Emenda Parlamentar Federal nº 396000014, previsto na Portaria MS nº 721/2020. Objeto: incremento da atenção de Média e Alta Complexidade e custeio de ações e serviços relacionados à assistência ambulatorial e hospitalar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Vigência: 04/09/2020.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Recurso transferido integralmente em 07/05/2020 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;

- Convênio s/nº de 29/05/2020: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1393/2020. Objeto: permitir atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da COVID 19 no valor de R\$ 488.513,60 (quatrocentos e oitenta e oito mil quinhentos e treze reais e sessenta centavos). Vigência: 25/09/2020. Recurso transferido integralmente em 29/05/2020 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;

- Convênio s/nº de 20/07/2020: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1717/2020. Objeto: habilitação de 12 (doze) novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva UTI Adulto tipo II COVID 19, no valor de R\$ 1.728.000,00 (um milhão setecentos e vinte e oito mil reais). Vigência: 20/11/2020. Recurso transferido integralmente em 22/07/2020 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;

...

Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017 Anexo 2 do Anexo XXIV Artigo 14, Lei nº 8.080/90 art. 24 Parágrafo Único; Convênio s/nº de 29/04/2020; Convênio s/nº de 04/05/2020; Convênio s/nº de 25/05/2020; Convênio s/nº de 20/07/2020; Convênio s/nº de 07/08/2020; Convênio s/nº 07/08/2020: Convênio s/nº de 24/11/2020; Convênio s/nº 13/11/2020; Convênio s/nº 09/02/2021, Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021; Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021; Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021; Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021; Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021; Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021; Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021; Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021; Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021; Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021; Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021; Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021; Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021; Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021; Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021; Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021; Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021; Convênio s/nº de 15/01/2021; Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais V; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus COVID-19) da Macrorregião Leste do Sul item V; SISTEMAS DE APOIO V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório Gestores municipais item V; Resolução SES/MG nº 7098/2020 Art. 1º e Anexo I; Resolução SES/MG nº 7097/2020 Art. 1º e Anexo I; Resolução SES/MG nº 7461/2021 Art. 1º e Anexo I...

Por motivo de limitação de caracteres do Sistema, o texto integral da Evidência desta Constatação consta no ANEXO 03 deste Relatório.

Fonte da Evidência: Convênio s/nº de 29/04/2020; Convênio s/nº de 04/05/2020; Convênio s/nº de 25/05/2020; Convênio s/nº de 20/07/2020; Convênio s/nº de 07/08/2020; Convênio s/nº 07/08/2020: Convênio s/nº de 24/11/2020; Convênio s/nº 13/11/2020; Convênio s/nº 09/02/2021, Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021; Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021; Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021; Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021; Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021; Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021; Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021; Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021; Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021; Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021; Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021; Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021; Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021; Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021; Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021; Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021; Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021; Convênio s/nº de 15/01/2021 acompanhados de Notas de Empenho e transferências bancárias apresentados digitalmente pela SMS São Lourenço; Termos de Entrevista com equipe da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço nos dias 25 e 26/04/2023: Diretora de Saúde/G.C.N., Diretora Administrativa de Saúde/L.M.M.M.S., Ex Gerente de Controle e Avaliação/D.P.D. e o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Lourenço/E.S.F..

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 666496

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde/FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital da



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Fundação Casa de Caridade de São Lourenço.

**Evidência:** Após extração de dados e análise dos documentos apresentados pelo auditado verificou-se que o Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço recebeu recursos financeiros de origem Estadual destinados a ações e serviços de enfrentamento da COVID 19, que foram recebidos na conta corrente nº 35.659-X /Ag. 0983-0/Banco do Brasil, vinculada ao CNPJ Nº 11.367.641/0001-03 do Fundo Municipal de Saúde no valor total de R\$ 1.618.959,35 (um milhão seiscentos e dezoito mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos) no período de março/2020 a dezembro/2021 conforme demonstrado no Anexo 02 deste Relatório

A Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço repassou ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço recursos financeiros de origem Estadual no valor total de R\$ 1.618.959,35 (um milhão seiscentos e dezoito mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos), conforme demonstrado no Anexo 01 deste Relatório, por meio dos: Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021 (Resolução SES/MG nº 7511 de 17/05/2021), Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021 (Resolução SES/MG nº 7546 de 15/06/2021), Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021 (Resolução SES/MG nº 7607 de 20/07/2021), Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021 (Resolução SES/MG nº 7655 de 12/08/2021) e Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021 (Resolução SES/MG nº 7461 de 31/03/2021 e Termo de Compromisso 744/7461 de 19/04/2021).

Tal fato está de acordo com a Resolução SES/MG nº 7511 de 17 de maio de 2021 Caput Art. 1º e Anexo Único, Resolução SES/MG nº 7546 de 15/06/2021 Caput Art. 1º e Anexo Único, Resolução SES/MG nº 7607 de 20/07/2021 Caput Art. 1º e Anexo Único; Resolução SES/MG nº 7655 de 12/08/2021 Caput Art. 1º e Anexo Único; Resolução SES/MG nº 7461 de 31/03/2021 Caput Art. 1º e Anexo I e Termo de Compromisso 744/7461 de 19/04/2021; Decreto Estadual nº 45.468/2010, Cap. V, Art.12 § Único, Art.13, Art.15, Art.17 § Único, Art.19 e Art.20.

**Fonte da Evidência:** Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7511/2021; Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7546/2021; Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7607/2021; Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7655/2021; Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7461/2021 e no Termo de Compromisso 744/7461 de 19/04/2021; Extrato da conta corrente nº 35.659-X /Ag. 0983-0/Banco do Brasil no período de maio a setembro/2021 apresentados digitalmente pela SMS São Lourenço, Termos de Entrevista com equipe da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço nos dias 25 e 26/04/2023: Diretora de Saúde/G.C.N., Diretora Administrativa de Saúde/L.M.M.M.S., Ex Gerente de Controle e Avaliação/D.P.D. e o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Lourenço/E.S.F.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 666500

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço.

**Evidência:** Após extração de dados e análise dos documentos apresentados pelo auditado verificou-se que:

- O Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço recebeu recursos financeiros de origem Federal destinados a ações e serviços de enfrentamento da COVID 19. Tais recursos foram recebidos na conta corrente 624033-6/Ag. 152/CEF (Bloco custeio); vinculada ao CNPJ Nº 11.367.641/0001-03 do Fundo Municipal de Saúde no valor total de R\$ 29.013.240,69 (vinte e nove milhões treze mil duzentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos) no período de março/2020 a dezembro/2021. Desse montante, o valor de R\$ 18.255.105,99 (dezoito milhões duzentos e cinquenta e cinco mil cento e cinco reais e noventa e nove centavos) foram especificamente destinados ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço para habilitar leitos de UTI Adulto Tipo II e auxiliar no controle do avanço da pandemia COVID-19 por meio das Portarias Ministeriais números: 774 de 09/04/2020, 721 de 06/04/2020, 1393 de 21/05/2020, 1448 de 29/05/2020, 1717 de 08/07/2020, 1666 de 1º/07/2020, 1802 de 20/07/2020, 2995 de 29/10/2020, 373 de 02/03/2021, 501 de 19/03/2021, 735 de 19/04/2021, 829 de 28/04/2021, 897 de 5/05/2021, 1059 de 24/05/2021, 1392 de 25/06/2021, 1453 de





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



29/06/2021, 1996 de 13/08/2021, 2336 de 14/09/2021, 2730 de 14/10/2021, 2999 de 03/11/2021, 3202 de 18/11/2021 e 3340 de 1º/12/2021.

...

Tal fato está de acordo com Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20); Convênio s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20), os contratos: Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21); Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021(Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21), Portaria MS/GM nº 774 de 09/04/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS nº 721/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS/GM nº 1393 de 21/05/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1448 de 29/05/2020 Caput, Art. 1º e Anexo...

Por motivo de limitação de caracteres do Sistema, o texto integral da Evidência desta Constatação consta no ANEXO 04 deste Relatório.

Fonte da Evidência: Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20); Convênio s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20), Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21); Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021(Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21); Plano de Contingência Operativo da Macro Região Sul; Notas de Empenho e Transferências Bancárias relativas aos recursos repassados ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço e Relação de recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde no período de 01/03/2020 a 31/12/2021 apresentados digitalmente pela SMS de São Lourenço, Extrato da conta corrente nº conta corrente nº 624033-6/Ag. 152/CEF no período de março/2020 dezembro/2021 apresentados digitalmente pela SMS São Lourenço, Termos de Entrevista com equipe da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço nos dias 25 e 26/04/2023: Diretora de Saúde/G.C.N., Diretora Administrativa de Saúde/L.M.M.M.S., Ex Gerente de Controle e Avaliação/D.P.D. e o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Lourenço/E.S.F.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 666506

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID -19 destinados ao Prestador Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço estão em conformidade com o instrumento jurídico formalizado e com a legislação vigente.

Evidência: Após análise dos documentos apresentados pelo auditado verificou-se que os processos de pagamento relativos aos recursos financeiros transferidos pela SMS de São Lourenço ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço e destinados a ações de Média e Alta Complexidade para o enfrentamento da COVID -19 estão em conformidade com a legislação vigente, com o Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20); Convênio s/nº de 07/08/2020



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



(Port.1666/20); Convênio s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20); Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21); Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021(Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021 (Res.7461/21); Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021 (Resolução 7511/2021); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021 (Resolução 7546/2021); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21); Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021 (Resolução 7607/2021); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021 (Resolução 7655/2021); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021 (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21).

As despesas encontram-se ordenadas, liquidadas e pagas.

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, Art. 63 §2º inciso I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19 Art. 10 incisos I ao VI §1º e 2º; Lei Federal nº 13.979/2020, Art. 4º e Decreto Estadual nº 113/2020 Art. 3º.

**Fonte da Evidência:** Notas de Empenho números: 1957/2020, 4079/2020, 2221/2020, 2046/2020, 2074/2020, 4876/2020, 4520/2020, 193/2021, 228/2021, 785/2021, 1462/2021, 1463/2021, 1464/2021, 2308/2021, 2309/2021, 2310/2021, 2642/2021, 2738/2021, 2978/2021, 2979/2021, 3254/2021, 3835/2021, 3861/2021, 4173/2021, 5052/2021, 5089/2021, 5351/2021, 6118/2021, 6129/2021, acompanhadas de Notas Fiscais emitidas pelo prestador e transferências bancárias relativas aos recursos repassados ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço no período de 01/03/2020 a 31/12/2021 apresentadas digitalmente pela SMS São Lourenço.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 666920

**Subgrupo:** Execução Orçamentária

**Item:** Prestação de Contas

**Constatação:** A SMS não realizou acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço para enfrentamento da COVID -19.

**Evidência:** A SMS não demonstrou pela documentação enviada, que está sendo realizado o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço para enfrentamento da COVID -19. Em entrevista com a Diretora Administrativa de Saúde L.M.M.S., foi relatado que: "com relação ao acompanhamento dos instrumentos jurídicos referentes à assistência COVID-19, eram realizados através de Relatórios gerados SIA, SIHD, SIAH2 e espelhos de AIHs, como também solicitações de contas e notas fiscais. O monitoramento "in loco" não era realizado no período". A SMS não apresentou documentação que comprove a existência de comissão de acompanhamento dos contratos e sua efetiva atuação no contexto do enfrentamento da pandemia da COVID-19 e nem as atas do Conselho Municipal de Saúde (CMS) onde consta as prestações de contas aprovadas de recursos para o enfrentamento do COVID-19 para o período de março de 2020 a dezembro de 2021. Não apresentou também relatórios ou registros que demonstrem o acompanhamento periódico e avaliação das ações de enfrentamento da COVID -19 realizadas pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade São Lourenço no período de março/2020 a dezembro/2021. Tais fatos estão em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art.33; Convênio s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20) cláusula 9ª; Convênio s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20) cláusula 9ª; Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20) cláusula 9ª e os Contratos: Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21) cláusula 7ª; Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021 (Port.501/21) cláusula 7ª; Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21) cláusula 7ª; Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21) cláusula 7ª; Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21) cláusula 7ª; Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021 (Res.7461/21) cláusula 7ª; Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021 (Resolução 7511/2021) cláusula 7ª; Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21) cláusula 7ª; Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021 (Resolução 7546/2021) cláusula 7ª; Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21) cláusula 7ª; Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021 (Resolução 7607/2021) cláusula 7ª; Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21) cláusula 7ª; Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021 (Resolução 7655/2021) cláusula 7ª; Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21) cláusula 7ª; Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009) cláusula 7ª; Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021 (Port.2730/21) cláusula 7ª; Contrato



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21) cláusula 7ª; Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port. 3340/21) cláusula 7ª.

Fonte da Evidência: - Relatórios gerados SIA, SIHD, SIAH2 e espelhos de AIHs do período de março de 2020 a dezembro de 2021;  
- Termo de Entrevista com a Diretora Administrativa de Saúde L.M.M.S.;  
- Convênio s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20); Convênio s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20), Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21);  
- Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021(Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21);

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 649/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço (Pessoa Jurídica) representada pela Sra. P.P.L., que se manifestou por meio do documento s/nº datado de 31/01/2024 em tempo hábil, entretanto, em nome do chefe do executivo municipal e sem assinatura, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: "Sobre tal constatação, ao contrário do que conclui o relatório preliminar, houve a efetiva fiscalização dos referidos instrumentos. Os repasses para enfrentamento da COVID 19 foram realizados por meio de convênios e contratos, com a estipulação da forma da prestação dos serviços e o pagamento somente após a emissão de nota fiscal. O Município apresentou cópia dos contratos formalizados no período apurado. Conforme consta, há expressa menção ao responsável pela fiscalização do contrato, além dos responsáveis pelo acompanhamento pela prestação dos serviços. A partir da fiscalização realizada pelo servidor responsável é feito um relatório mensal e enviado ao setor de licitações e contratos, a fim de que sejam adotados os procedimentos relativos aos pagamentos. Os documentos mencionados são apresentados em anexo. A Secretaria Municipal de Saúde possui ainda a Comissão de Supervisão da Contratualização. Essa comissão é responsável por avaliar as metas quantitativas e qualitativas, tendo como membro dois representantes da Secretaria Municipal de saúde, descritas no Plano Operativo Anual. Cumpre ressaltar que em 2021, com a publicação da Lei Federal Nº 13.992 de 22 de abril de 2020 e da Lei Nº 14.189 de 28 de Julho de 2021, ambas suspenderam a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas. Diante da Lei, não há necessidade da supervisão, e sim o monitoramento que foi realizado, uma vez que, todas as instituições estavam isentas de cumprimento de metas, com a finalidade de se reduzir os impactos financeiros. A prestação de contas de todas as Resoluções e Portarias repassadas à instituição Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço foram apresentadas ao Fundo Municipal de Saúde, sendo todas apresentadas no processo. A aprovação é comprovada através da Resolução do Conselho Municipal de Saúde que aprova o RQPC (Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas) do 1º e 2º quadrimestre de 2021, que ocorreu no mês de setembro e do 3º quadrimestre que ocorreu em janeiro de 2024, confirmadas através das atas do CMS, descrevendo toda a apresentação da prestação de contas (em anexo a ata do Conselho e a Resolução de Aprovação). A Secretária Municipal de Saúde acompanhou periodicamente a avaliação das ações de enfrentamento ao COVID 19, através da equipe de vigilância em Saúde, sendo os responsáveis por este monitoramento interno (médico infectologista, enfermeiro e técnico em enfermagem). A confecção dos boletins diários, informando os dados dos pacientes internados, número de leitos ocupados e disponíveis, demonstram este monitoramento, inclusive em relação aos leitos ocupados. Foram realizadas deliberações através do Comitê Municipal de enfrentamento a COVID-19, onde a diretoria do Hospital da Fundação da Casa de Caridade participava deste comitê. Em anexo os relatórios comprovando a existência do monitoramento e as atas do Comitê. Em relação aos boletins, foram todos peticionados. Portanto, denota-se que ao contrário do mencionado houve o efetivo acompanhamento da execução e aplicação dos recursos, sendo tal fato comprovado pelos documentos apresentados".

2 - Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 654/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, que se manifestou por meio de documento s/nº datado de 31 de janeiro de 2024, em tempo hábil, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: "A Secretaria Municipal de Saúde acompanhou os instrumentos jurídicos firmados como Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, para o enfrentamento da COVID 19. Todos os repasses foram realizados





através de convênios e contratos, com descrição das cláusulas a serem seguidas, e o pagamento foi mediante a nota fiscal. Todos os contratos realizados no ano 2021, possui um fiscal de contrato, sendo este responsável por acompanhar o cumprimento, sendo descrito no Termo de Referência enviado ao setor de licitação (em anexo TR), todos os contratos foram peticionados. O fiscal do contrato faz um relatório mensal e envia ao setor de licitação (em anexo). Todos os repasses foram feitos através de Resoluções e Portarias, cujo os objetos e finalidades eram bem definidos. Possuímos uma comissão de licitação, que é responsável por receber os termos de referência e realizar os contratos, bem como, cobrar do fiscal os relatórios de acompanhamento. A Secretaria Municipal de Saúde não possui uma comissão de avaliação de contratos, e sim uma Comissão de Supervisão da Contratualização. Essa comissão é responsável por avaliar as metas quantitativas e qualitativas, tendo como membro dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde, descritas no Plano Operativo Anual. Responsável por essa execução a Diretoria Administrativa L.M.M.S, mencionada neste relatório, e quem transmitiu as informações. Em 2021 coma publicação do Lei Federal Nº13.992 de 22 de abril de 2020 e da Lei Nº 14.189 de 28 de julho de 2021, ambas suspenderam a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas. Diante da Lei, não há necessidade de supervisão, e sim o monitoramento que foi realizado, uma vez que, todas as instituições estavam isentas de cumprimento de metas, com a finalidade de se reduzir os impactos financeiros. Foram apresentadas ao Conselho Municipal de Saúde, a prestação de contas de todas as Resoluções e Portarias repassadas a instituição Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, sendo todas peticionadas no SEI. A aprovação é comprovada através da Resolução do Conselho Municipal de Saúde que aprova o RQPC (Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas) do 1º e 2º quadrimestre de 2021 e ata do Conselho descrevendo toda apresentação da prestação de contas (em anexo a ata do Conselho e a Resolução de Aprovação). A Secretaria Municipal de Saúde acompanhou periodicamente a avaliação das ações de enfrentamento ao COVID 19, através da equipe de vigilância em Saúde, sendo os responsáveis por este monitoramento interno (médico infectologista, enfermeiro e técnico em enfermagem). A confecção dos boletins diários, informando os dados dos pacientes internados, número de leitos ocupados e disponíveis, já comprovam este monitoramento. Tínhamos discussões constantes através do Comitê Municipal de enfrentamento a COVID-19, onde a diretoria do Hospital da Fundação da Casa de Caridade participava deste comitê. Em anexo os relatórios comprovando a existência do monitoramento e as atas do Comitê. Em relação aos boletins, foram todos peticionados. Toda a descrição acima, comprovam o cumprimento e a atuação da SMS e minha enquanto gestora, da legislação mencionada".

3 - Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 655/2023 datado de 30/10/2023, foi notificado o Sr. R.L.C.C. (Pessoa Física), e ex-gestor da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço no período auditado, que não se manifestou acerca desta não conformidade constatada em Relatório Preliminar.

**Análise da Justificativa:** 1: Avaliando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço, tendo em vista o conjunto das manifestações, foi possível comprovar que a SMS realizou o monitoramento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço para enfrentamento da COVID-19 por meio de fiscalização dos repasses de recursos financeiros ao hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, realizados por meio de convênios e contratos e que as prestações de contas dos referidos instrumentos jurídicos foram aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde. Esses contratos apresentam responsável pela fiscalização do mesmo, além dos responsáveis pelo acompanhamento pela prestação dos serviços. Foi demonstrado também pelo auditado que a Secretária Municipal de Saúde acompanhou periodicamente a avaliação das ações de enfrentamento ao COVID 19, através da equipe de vigilância em Saúde, confecção dos boletins diários, informando os dados dos pacientes internados, número de leitos ocupados e disponíveis. A SMS comprovou também ações de monitoramento realizadas através do Comitê Municipal de enfrentamento a COVID-19, onde houve participação do Hospital da Fundação da Casa de Caridade como membro deste comitê. Foi enviado relatórios comprovando a existência do monitoramento, bem como atas do Comitê e as deliberações realizadas pelo mesmo. Entretanto, cabe ressaltar que foi enviado pelo auditado cópia do documento - Portaria nº 003/2022 - Nomeia os membros da comissão de Acompanhamento da Contratualização, mas essa comissão tem a sua nomeação em 12/05/2022, fora do período de avaliação dessa auditoria, cujo período de abrangência é de março de 2020 a dezembro de 2021. Não ficou demonstrado pela SMS que os dados obtidos através dos sistemas de informação - SIA, SIHD, SIAH2 e espelhos de AIHs, foram alvos de avaliação, conforme legislação apontada no Relatório de Auditoria (Portaria de Consolidação Nº 02/2017, Anexo XXIV, ANEXO 2, Art. 33, Parágrafo



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Único) que menciona: Caberá a todas as esferas de gestão do SUS o monitoramento e a avaliação dos serviços prestados pelos hospitais contratualizados ao SUS, respeitadas as competências de cada esfera de gestão). Dessa forma não foram apresentados documentos como relatórios ou planilhas descritivas/avaliativas de dados para comprovação de atividade avaliativa.

2: Avaliando a justificativa apresentadas pela Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, a equipe considera seu período de gestão insuficiente para justificar fatos ocorridos nos exercícios de 2020 e 2021, entretanto, foi analisada a manifestação apresentada (similar a apresentada pela pessoa jurídica - SMS).

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, a equipe acata parcialmente as justificativas apresentadas por considerar que houve apresentação de fatos, documentos e evidências suficientes para afastar parcialmente a não conformidade. Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18.188.219/0001-21

Recomendação: Recomenda-se, que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço realize acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, conforme previsto pela Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art.33, Parágrafo único.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18.188.219/0001-21

Grupo: Regulação Constatação Nº: 665943

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS realizou parcialmente o acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Casa de Caridade de São Lourenço.

Evidência: A SMS de São Lourenço, acompanhou parcialmente a ocupação de leitos de Enfermaria/ LSVP(Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar) e UTI COVID-19 na Casa de Caridade de São Lourenço, visto que, após avaliação dos Boletins de ocupação e notificação publicitados pela SMS de São Lourenço durante o período da pandemia, cadastro de leitos no CNEs e Deliberações CIBSUS/ Plano de contingência de leitos, verificou-se que o quantitativo de leitos de enfermaria SUS COVID informados nos boletins, diferiam do quantitativo disponibilizado nas deliberações. Nos meses selecionados para amostragem, a Casa de Caridade de São Lourenço, informou a disponibilidade de 34 leitos SUS para COVID 19, sendo que pela deliberação esse quantitativo é de 40 leitos. Para as internações em leitos de UTI/SUS COVID Adulto, ocorreu também essa disparidade. Na análise do mês de março de 2021, a partir do dia 20 de março quando foram disponibilizados 25 leitos de UTI /SUS COVID Adulto, o hospital manteve o registro de 20 leitos disponíveis/ocupados até o dia 30 do corrente mês. As informações sobre ocupação publicadas pela SMS de São Lourenço diferiam das publicações do Hospital. Não foi realizado nenhum monitoramento ativo pelo componente de regulação do município, para verificação em tempo real das internações descritas e a efetiva ocupação destes leitos, principalmente quanto à questão de negativas de leitos de UTI COVID Adulto. A SMS não forneceu as planilhas e ou relatórios de ocupação e controle referente ao período solicitado de abril de 2020 a dezembro de 2021. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II; (Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



(doença pelo Coronavírus / COVID-19) da Macrorregião Sul - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens III e IV; Portaria nº 2181/GM/MS, de 19 de agosto de 2020, Art. 1º, §1º, §2º, incisos I, IV e §4º do Art. 2º.

**Fonte da Evidência:** - Anexo Informativo- Boletim Epidemiológico São Lourenço referentes ao período de abril a julho de 2021.  
- Boletins publicados pela SMS de São Lourenço: partes 1,2,3 e 4, referentes ao período de março de 2020 até dezembro de 2021;  
- Boletins publicados pela Casa de Caridade de São Lourenço (Anexos Relatórios do Hospital) julho de 2020 a dezembro de 2021;  
- Relatórios SIHD2- 2021;  
- CNES-MG Casa de Caridade de São Lourenço / Leitos: março 2020 a dezembro de 2021;  
- CNES-MG casa de Caridade de São Lourenço - habilitações 2020/2021;  
- Deliberação CIB/SUS Leitos COVID : Nº 3.338 26/02/21, Nº 3.345 05/03/21, Nº 3.348 15/03/21, Nº 3.361 19/03/20, Nº 3.363 26/03/21, Nº 3.366 30/03/21, Nº 3.371 09/04/21, Nº 3.377 16/04/21, Nº 3.393 23/04/21, Nº 3.396 30/04/21, Nº 3.403 07/05/21.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 649/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço (Pessoa Jurídica) representada pela Sra. P.P.L., que se manifestou por meio do documento s/nº datado de 31/01/2024 em tempo hábil, entretanto, em nome do chefe do executivo municipal e sem assinatura, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: Não procede a constatação sobre a ausência de acompanhamento integral da ocupação dos leitos do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço. A Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.361 de 19 de março de 2021 (em anexo), mantém os 34 leitos clínicos, e aumenta 5 leitos de UTI adulto. Nesse período do dia 20 ao dia 30 de março, o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço estava se estruturando e aguardando a chegada de equipamentos para iniciar o funcionamento, e no CNES constavam os 20 leitos de UTI COVID e os 34 leitos clínicos COVID. Em abril/2021, foram disponibilizados para funcionamento os 25 leitos de UTI COVID-19 e a alteração no CNES foi realizada. A publicação da Deliberação e o funcionamento dos leitos, não ocorre de forma imediata, ainda mais neste cenário, onde a falta de insumos era um problema mundial. Os leitos também eram monitorados pela Central de regulação SUS Fácil, segue em anexos os e-mails de acompanhamento da SRS/VAR, sendo referentes ao mês de abril/2021, onde comprovam o número de leitos informados no boletim, sendo 34 Leitos Clínicos e 25 Leitos de UTI COVID-19. Em relação à divergência de informações do boletim hospitalar e do boletim municipal, esta decorre da diferença de horário das informações publicadas e pelo fato, das informações do hospital ser microrregional, informando as internações em nível microrregional, e a SMS informava apenas as informações referentes ao município. A instituição publicava no primeiro horário da manhã e a Secretaria Municipal de Saúde publicava no início da noite, o que alterava também em relação as internações e intercorrências. Havia controle da ocupação efetiva dos leitos pela SMS, uma vez que, a autorização da AIH era realizada pelo setor de controle e avaliação. O monitoramento era remoto, ligação telefônica e via SUS Fácil. O médico regulador, Drº Gabriel Dias Pereira Filho, o qual atuava como prestador de serviços para o município, pessoa jurídica e não por nomeação, visto que na lei municipal não era considerado um cargo de confiança, sendo corrigido agora, em função das orientações feitas pelos auditores, possuía 77 anos, no período, o que dificultava a fiscalização in loco, por ser grupo de risco, sendo a fiscalização realizada remotamente e via SUS Fácil. O controle de leitos é feito via SUS Fácil pelo médico regulador. A fiscalização in loco era realizada pela equipe da Vigilância em Saúde, conforme dados informados no relatório de entrevista da Gerente de Vigilância em Saúde. Quanto à agenda de consultas e procedimentos especializados, trabalhamos com o Sistema de Informação SITCON, regulando todo acesso, agendamento e fila de espera. O controle de Leitos era feito com todas as instâncias do governo, através do SUS Fácil, SIVEP GRIPE, ESUS VE, Painel de monitoramento da SES/MG, disponível no site do Governo do Estado. Todos os dados eram alimentados pelo município. Se não tivéssemos gerência, como iríamos alimentar os dados, eles eram alimentados, justamente por termos controle das informações, e consequentemente repassadas a SES/MG e ao Ministério da Saúde. O boletim diário, a autorização de AIH realizada via SUS Fácil para internação, o preenchimento do painel COVID-19 da SES/MG, além do Monitoramento da SRS/VAR, que utilizavam das informações, para disponibilizar aos gestores. Divulgavam as taxas de ocupações dos leitos clínicos e UTI COVID-19 da Macrorregião, comprovando que a SMS acompanhava a ocupação de leitos. A própria Secretaria Estadual de Saúde utilizava os dados do SUSFACIL como referência de ocupação de leitos. Conforme Deliberação do Comitê





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Extraordinário COVID-19 nº 19, de 22 de março de 2020, alterada pela Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 24, de 02 de abril de 2020, a SES-MG utiliza como banco de dados oficial o sistema informatizado de regulação do acesso SUSFácil - MG para informações sobre as internações totais e internações de casos suspeitos/confirmados de infecção pela COVID-19 no SUS-MG. Nenhum dos sistemas de monitoramento instituídos pelas instâncias, deixaram de ser alimentados pela SMS em nenhum momento. Isso comprova que a SMS executou a gestão de leitos do município.

2- Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 654/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, que se manifestou por meio de documento s/nº datado de 31 de janeiro de 2024, em tempo hábil, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: A Secretaria Municipal de Saúde acompanhou a ocupação dos leitos. A Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.361 de 19 de março de 2021 (em anexo), mantém os 34 leitos clínicos, e aumenta 5 leitos de UTI adulto. Nesse período do dia 20 ao dia 30 de março, o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço estava se estruturando e aguardando a chegada de equipamentos para iniciar o funcionamento, e no CNES constavam os 20 leitos de UTI COVID e os 34 leitos clínicos COVID. Em abril/2021, foram disponibilizados para funcionamento os 25 leitos de UTI COVID-19 e a alteração no CNES foi realizada. A publicação da Deliberação e o funcionamento dos leitos, não ocorre de forma imediata, ainda mais neste cenário, onde a falta de insumos era um problema mundial. Os leitos também eram monitorados pela Central de regulação SUS Fácil, segue em anexos os e-mails de acompanhamento da SRS/VAR, sendo referentes ao mês de abril/2021, onde comprovam o número de leitos informados no boletim, sendo 34 Leitos Clínicos e 25 Leitos de UTI COVID-19. No período de janeiro a março, a qual respondo mantiveram 34 leitos e 20 leitos de UTI (Deliberação publicada dia 19/03/2021, quando altera o CNES) em abril passou a disponibilizar 25 leitos de UTI. Quanto à divergência de informações do boletim hospitalar e do boletim municipal, se dá pelo horário das informações publicadas e pelo fato, das informações do hospital ser microrregional, informando as internações em nível microrregional, e a SMS informava apenas as informações referentes ao município. A instituição publicava no primeiro horário da manhã e a Secretaria Municipal de Saúde publicava no início da noite, o que alterava também em relação as internações e intercorrências. Havia controle da ocupação efetiva dos leitos pela SMS, uma vez que, a autorização da AIH era realizada pelo setor de controle e avaliação. O monitoramento era remoto, ligação telefônica e via SUS Fácil. O médico regulador, Drº Gabriel Dias Pereira Filho, o qual atuava como prestador de serviços para o município, pessoa jurídica e não por nomeação, visto que na lei municipal não era considerado um cargo de confiança, sendo corrigido agora, em função das orientações feitas pelos auditores, possuía 77 anos, no período, o que dificultava a fiscalização in loco, por ser grupo de risco, sendo a fiscalização realizada remotamente e via SUS Fácil. O controle de leitos é feito via SUS Fácil pelo médico regulador. A fiscalização in loco era realizada pela equipe da Vigilância em Saúde, conforme dados informados no relatório de entrevista da Gerente de Vigilância em Saúde. Quanto à agenda de consultas e procedimentos especializados, trabalhamos com o Sistema de Informação SITCON, regulando todo acesso, agendamento e fila de espera. Não disponibilizamos de planilhas com controle de leitos, mas o controle é realizado através do SUS Fácil, não havendo obrigatoriedade da apresentação de planilhas feitas pelo município. O que poderá ser realizado é a implantação de um sistema de informação compartilhado entre SMS e o HFCC, de forma remota e em tempo real, após orientação dessa auditoria. O controle de Leitos era feito com todas as instâncias do governo, através do SUS Fácil, SIVEP GRIPE, ESUS VE, Painel de monitoramento da SES/MG, disponível no site do Governo do Estado. Todos os dados eram alimentados pelo município. Se não tivéssemos gerência, como iríamos alimentar os dados, eles eram alimentados, justamente por termos controle das informações, e consequentemente repassadas a SES/MG e ao Ministério da Saúde. O boletim diário, a autorização de AIH realizada via SUS Fácil para internação, o preenchimento do painel COVID-19 da SES/MG, além do Monitoramento da SRS/VAR, que utilizavam das informações, para disponibilizar aos gestores. Divulgavam as taxas de ocupações dos leitos clínicos e UTI COVID-19 da Macrorregião, comprovando que a SMS acompanhava a ocupação de leitos. Nenhum dos sistemas de monitoramento instituídos pelas instâncias, deixaram de ser alimentados pela SMS em nenhum momento. Isso comprova que a SMS executou a gestão de leitos do município. Diante de todos os argumentos realizados acima, a SMS e eu como gestora, não descumprimos a legislação citada.

3- A pessoa física R. L. C. C., foi notificada através do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 655/2023 datado de 30/10/2023, não apresentado manifestação.

**Análise da Justificativa:** 1- Avaliando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço, tendo em vista o conjunto das manifestações, não ficou demonstrado pela SMS através de dados específicos ou planilhas desenvolvidas pelo Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria a comprovação do controle de ocupação de



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



leitos. Esta informa que o controle era feito através do recebimento de boletins informativos diários das notificações de doenças compulsórias (COVID-19), com nome e o leito do paciente internado. No entanto, verificou-se que houve um atraso por parte do hospital na atualização das vagas no sistema SUSfácil e no censo hospitalar, que computava o mesmo paciente em mais de um leito, caso ocorresse alteração de setor ou leito. Quanto a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.361 de 19 de março de 2021, informamos que todas foram analisadas e que apresentavam os 34 leitos clínicos com o aumento de mais 6 leitos clínicos inseridos, totalizando 40 leitos. Este quantitativo foi disponibilizado desde a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.205 14/08/20 (40 leitos clínicos em sua totalidade), não justificando que o censo do Hospital computasse somente 34 vagas, bem como a SMS, não ter se manifestado ou solicitado justificativas para o não cumprimento das Deliberações. Quanto aos leitos de UTI, por serem em menor quantidade e pagos por disponibilidade ao SUS, dentro do período analisado, não foi apresentado pela SMS, comprovação documental de que foi realizado, em algum momento da pandemia o controle/ verificação da ocupação efetiva dos setores e leitos disponibilizados ao SUS, a fim de verificar se as informações fornecidas pelo Hospital eram fidedignas. Ressaltamos que o controle de ocupação não diz respeito somente a autorização da AIH, pois está atrelada a produção.

2. Avaliando a justificativa apresentadas pela Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, a equipe considera seu período de gestão insuficiente para justificar esta não conformidade e seu período de análise e da legislação vigente. Entretanto, foi analisada a manifestação apresentada (similar a apresentada pela pessoa jurídica - SMS, incluindo anexo. Desta forma, verificou-se que não foi apresentada documentação suficiente para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18.188.219/0001-21

**Recomendação:** A SMS de São Lourenço deverá estabelecer um mecanismo de aferição da ocupação dos leitos destinados aos usuários do SUS no Hospital Casa de Caridade de São Lourenço e realizar monitoramento ativo de seus prestadores de serviços de saúde, através do componente de regulação do município, executando as funções do serviço de Regulação, Controle e Avaliação do Município, conforme estabelecido na Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18.188.219/0001-21

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 666921

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** A SMS não realizou controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, no atendimento de casos da COVID-19.

**Evidência:** Durante auditoria foram apresentados os Relatórios gerados SIA, SIHD, SIAH2 e espelhos de AIHs. Não foram encontrados dados específicos ou planilhas desenvolvidas pelo Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria que



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



comproven o controle da produção e análise das internações COVID-19, nem avaliação do serviço prestado pela instituição. Não houve supervisão hospitalar comprovada, não havia profissional médico realizando supervisão hospitalar dos atendimentos COVID e o Serviço de Auditoria Assistencial não se encontra implantado, o que causa dificuldade em fazer o acompanhamento em tempo real. Em entrevista com a Diretora Administrativa de Saúde L.M.M.S., foi relatado sobre o controle e avaliação da produção que: "Eram realizados referentes à assistência COVID-19, eram realizados através de Relatórios gerados SIA, SIHD, SIAH2 e espelhos de AIHs, como também solicitações de contas e notas fiscais. O monitoramento "in loco" não era realizado no período". Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV art. 10, inciso I e Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n \*vigente até a publicação da Resolução de Consolidação CIT N°1 de 30/03/2021; Portaria SAES/MS nº 245, de 24 de março de 2020, art. 5.

Fonte da Evidência: - Relatórios gerados SIA, SIHD, SIAH2 e espelhos de AIHs do período de março de 2020 a dezembro de 2021.  
- Entrevista com a Diretora Administrativa de Saúde L.M.M.S.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 649/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço (Pessoa Jurídica) representada pela Sra. P.P.L., que se manifestou por meio do documento s/nº datado de 31/01/2024 em tempo hábil, entretanto, em nome do chefe do executivo municipal e sem assinatura, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: "Ao contrário do que afirma o relatório a Secretaria Municipal de Saúde realizou o controle e a avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço no atendimento de casos COVID-19. As autorizações das internações eram autorizadas pelo médico regulador, inclusive por meio de ligações para questionamentos com os plantonistas. Foi realizado o monitoramento remoto. O monitoramento remoto é admitido nas próprias Portarias e Resoluções da SES. Toda a produção era acompanhada através do SAI, SIHD, SIAH e espelhos de AIH e faturadas pela SMS, todas foram peticionadas na fase inicial da auditoria. Durante todo o período pandêmico a contar do início da Gestão 2021/2024, dispúnhamos de um médico infectologista conduzindo as ações assistenciais voltadas para a COVID-19, inclusive fazia interações com as equipes médicas do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, conforme relatório em anexo. As ocupações dos leitos eram monitoradas, não só pelos municípios, quanto pela Secretaria Estadual de Saúde e essa, repassava as informações ao Ministério da Saúde. Diariamente era preenchido pelo setor de Vigilância em Saúde da SMS, o painel Estadual de monitoramento da COVID-19 em todo Estado. Continham informações sobre o nº de casos novos, nº de casos em recuperação, nº de óbitos, nº de pacientes internados em ala clínica e na UTI, e através destas informações, a SES/MG divulgava aos municípios por e-mail, a taxa de ocupação dos hospitais e a disponibilidade de leitos. Cada SRS, divulgava na sua macrorregião. Segue em anexo cópia dos e-mails recebidos, e as informações preenchidas pela SMS no painel Estadual de monitoramento da COVID-19, está disponível no site da SES/MG. A instituição Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, é uma instituição contratualizada da Secretaria Municipal de Saúde, através de instrumento jurídico, que contempla toda a estrutura física, corpo técnico, materiais e equipamentos disponíveis, bem como a capacidade instalada e número de leitos ofertados. Sendo polo microrregional para 24 municípios e de relevância macrorregional. É uma instituição fiscalizada por esta SMS. Toda as produções, para serem faturadas, teriam que estar dentro deste código mencionado nas evidências, sendo seguido corretamente. Inclusive a SES/MG pagou toda a produção efetivada. As internações que não estava dentro do código, foram glosadas. Há que se ressaltar que durante o período mais crítico da pandemia houve um grande desencontro de informações sobre a gestão destas atividades de controle. As orientações eram modificadas constantemente e os procedimentos foram executados de acordo com as instruções e normativas editadas pelos órgãos competentes, como o Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde".

2 - Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 654/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, que se manifestou por meio de documento s/nº datado de 31 de janeiro de 2024, em tempo hábil, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: "A Secretaria Municipal de Saúde realizou o controle e a avaliação da produção referente as internações realizadas pelo hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço no atendimento de casos COVID-19. As autorizações das internações eram autorizadas pelo médico regulador, inclusive fazia ligações para questionamentos com os plantonistas. Realizou o monitoramento remoto. Temos Portarias que permitem o monitoramento remoto (Portaria



Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020). Toda a produção era acompanhada através do SAI, SIHD e espelhos de AIH, todas foram peticionadas. Durante todo o período pandêmico a contar do início da Gestão 2021/2024, dispúnhamos de um médico infectologista conduzindo as ações voltadas para a COVID-19, inclusive fazia interações com as equipes médicas do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço. As ocupações dos leitos eram monitoradas, não só pelos municípios, quanto pela Secretaria Estadual de Saúde e essa, repassava as informações ao Ministério da Saúde. Diariamente era preenchido pelo setor de Vigilância em Saúde da SMS, o painel Estadual de monitoramento da COVID-19 em todo o Estado. Continham informações sobre o nº de casos novos, nº de casos em recuperação, nº de óbitos, nº de pacientes internados em ala clínica e UTI, e através destas informações, a SES/MG divulgava aos municípios por e-mail, a taxa de ocupação dos hospitais e a disponibilidade de leitos. Cada SRS, divulgava na sua microrregião. Segue em anexo cópia dos e-mails recebidos para comprovar o que se menciona, e as informações preenchidas pela SMS São Lourenço, no painel Estadual de monitoramento da COVID-19, está disponível no site SES/MG. A instituição Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, é uma instituição contratualizada da Secretaria Municipal de Saúde, através de instrumento jurídico, que contempla toda a estrutura física, corpo técnico, materiais e equipamentos disponíveis, bem como a capacidade instalada, número de leitos ofertados. Sendo polo microrregional para 24 municípios e de relevância macrorregional. É uma instituição fiscalizada por esta SMS. Todas as produções, para serem faturadas, teriam que estar dentro do código 03.03.01.022-3, mencionado nas evidências, sendo seguido corretamente. Tanto que a SES/MG pagou toda a produção efetivada. As internações que não estavam dentro do código foram glosadas. Vale mencionar, que nenhum departamento da área da saúde estava sabendo de imediato como agir, as orientações eram modificadas constantemente e agimos dentro de todas as orientações realizadas pelos órgãos competentes, como o Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde. Diante de todos os argumentos realizados acima, a SMS e eu enquanto gestora, não descumprimos as legislações citadas".

3 - Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 653/2023 datado de 30/10/2023, foi notificado o Sr. W.J.N.J. (Pessoa Física), e ex-gestor da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço no período auditado, que não se manifestou acerca desta não conformidade constatada em Relatório Preliminar.

4 - Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 655/2023 datado de 30/10/2023, foi notificado o Sr. R.L.C.C. (Pessoa Física), e ex-gestor da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço no período auditado, que não se manifestou acerca desta não conformidade constatada em Relatório Preliminar.

**Análise da Justificativa:** 1. Avaliando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço, tendo em vista o conjunto das manifestações, foi possível comprovar que havia autorizações das internações por médico regulador, que toda a produção era acompanhada através do SAI, SIHD, SIAH e espelhos de AIH e faturadas pela SMS, que os dados eram lançados no painel Estadual de monitoramento da COVID-19, dados esses comprovados por cópia dos e-mails recebidos e informações preenchidas pela SMS no painel Estadual de monitoramento da COVID-19, disponível no site da SES/MG. Foi comprovado pela SMS através dos sistemas de informação que a SES/MG pagou toda a produção efetivada e que houve glosa das internações que não estavam dentro do código. Porém, conforme indica as legislações apontadas no Relatório de Auditoria (Resolução CIT nº 04/2012, anexo I, item 4.1, alínea n, que menciona: Monitorar e fiscalizar a execução de procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial e Portaria SAES/MS nº 245/2020, Art. 5º Competirá ao respectivo gestor do SUS proceder à autorização, controle e avaliação das AIH tituladas com o procedimento 03.03.01.022-3 - Tratamento de Infecção pelo novo Coronavírus - COVID 19), a SMS além de monitorar e fiscalizar deve também avaliar a produção referente as internações realizadas pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço. Dessa forma a SMS não demonstrou a realização de avaliação da produção, por documentos como relatórios ou planilhas descritivas/avaliativas para comprovação de atividade avaliativa da produção referente as internações realizadas pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, no atendimento de casos da COVID-19.

2: Avaliando a justificativa apresentadas pela Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, a equipe considera seu período de gestão insuficiente para justificar fatos





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



ocorridos nos exercícios de 2020 e 2021, entretanto, foi analisada a manifestação apresentada (similar a apresentada pela pessoa jurídica - SMS).

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, a equipe acata parcialmente as justificativas apresentadas por considerar que houve apresentação de fatos, documentos e evidências suficientes para afastar parcialmente a não conformidade. Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18.188.219/0001-21

**Recomendação:** Recomenda-se, que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço realize controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, conforme previsto pela Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV art. 10, inciso I e Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n \*vigente até a publicação da Resolução de Consolidação CIT N°1 de 30/03/2021; Portaria SAES/MS nº 245, de 24 de março de 2020, art. 5.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18 188.219/0001-21

Grupo: Recursos Financeiros Constatação Nº: 666507

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

**Constatação:** A SMS de São Lourenço valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço de acordo com os prazos estabelecidos nos: Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20) e nas normas que regulamentam os repasses.

**Evidência:** Após análise dos documentos apresentados verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço validou as prestações de contas parcial e total do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço de acordo com os prazos estabelecidos Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20) e nas normas que regulamentam os repasses.

As prestações de contas foram apresentadas à SMS/São Lourenço pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, em formato digital (CD) e validadas pelo Conselho Municipal de Saúde por meio das Resoluções números 11/2021 de 23/09/2021 e 12/2022 de 30/06/2022.

...

Tais fatos estão de acordo com o: Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20) cláusula 8ª; Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014) cláusula 8ª; Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20) cláusula 8ª; Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20) cláusula 8ª; Convênio s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20) cláusula 8ª; Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20) cláusula 8ª. Com o: Convênio s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20) cláusula 9ª; Convênio s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20) cláusula 9ª; Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20) cláusula 9ª e os Contratos: Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21) cláusula 7ª; Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021 (Port.501/21) cláusula 7ª; Contrato



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21) cláusula 7ª; Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21) cláusula 7ª; Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21) cláusula 7ª; Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021 (Res.7461/21) cláusula 7ª; Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021 (Resolução 7511/2021) cláusula 7ª; Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21) cláusula 7ª; Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021 (Resolução 7546/2021) cláusula 7ª; Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21) cláusula 7ª...

Por motivo de limitação de caracteres do Sistema, o texto integral da Evidência desta Constatação consta no ANEXO 05 deste Relatório.

Fonte da Evidência: Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7511/2021; Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7546/2021; Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7607/2021; Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7655/2021; Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7461/2021 e no Termo de Compromisso 744/7461 de 19/04/2021; Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20); Convênio s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20), Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21); Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021(Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21); Notas de Empenho relativas aos recursos destinados ao enfrentamento da COVID 19, repassados ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço no período de 01/03/2020 a 31/12/2021 apresentadas digitalmente pela SMS de São Lourenço; Prestações de Contas apresentadas digitalmente pelo Hospital e Termos de Entrevista com equipe da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço nos dias 25 e 26/04/2023: Diretora de Saúde/G.C.N., Diretora Administrativa de Saúde/L.M.M.S., Ex Gerente de Controle e Avaliação/D.P.D. e o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Lourenço/E.S.F.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 666922

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: A SMS não promoveu adequadamente os ajustes no PMS e na PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Constatou-se que a SMS de São Lourenço promoveu os ajustes no PMS 2018-2021 e na PAS 2020 e 2021, inserindo as ações referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde. O PMS e a PAS 2020 e 2021 foram submetidos ao CMS e aprovados. Na Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano Municipal de Saúde e Programação Anual de Saúde 2020 e 2021, inserida no DigiSUS, foi possível verificar que a Diretriz nº I contempla ações para enfrentamento a COVID-19. Porém foi verificado que não há previsão de recursos referentes ao enfrentamento da COVID - 19 para o Plano municipal 2018-2021 e nem para PAS 2020 e 2021. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critério e, inciso III.

Fonte da Evidência: - Plano Municipal de Saúde 2018 - 2021.

- PAS 2020 e 2021.

- Ata de Aprovação do CMS do PMS, datada de 26/08/2021;

- Ata de Aprovação do CMS da PAS 2020, datada de 05/11/2020;

- Ata de Aprovação do CMS da PAS 2021, datada de 05/11/2021.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Conformidade: Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 649/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço (Pessoa Jurídica) representada pela Sra. P.P.L., que se manifestou por meio do documento s/nº datado de 31/01/2024 em tempo hábil, entretanto, em nome do chefe do executivo municipal e sem assinatura, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: "Não procede a constatação que afirma que o Município não procedeu aos ajustes mencionados. No ano de 2021 a SES/MG realizou um treinamento junto aos Municípios sobre a plataforma DIGISUS, de acordo com o novo manual do usuário DIGISUS Gestor - Módulo planejamento, publicado pelo Ministério da Saúde, neste mesmo ano corrente 2021 (em anexo e-mail enviado a SMS, através da SRS/Var, convidando os municípios a participarem). Este Manual, no Item 1 Contextualizando o DIGISUS Gestor e o Módulo Planejamento, no segundo parágrafo menciona: O DigiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP) é uma plataforma digital em construção. Portanto, ainda não se encontra finalizada. Em relação aos dados orçamentários, a plataforma que está em construção, não estava importando as informações orçamentárias obtidas através do SIOPS, não sendo liberado ao operador a possibilidade do preenchimento manual. Informações comprovadas através do Comunicado CSIOPS 04/2021, emitido pelo Ministério da Saúde em 10 de junho de 2021(em anexo), onde menciona: Versão transmissão - disponibilização atraso. A tempestividade na disponibilização da versão de transmissão dos dados do SIOPS referente aos 1º e 2º bimestres de 2021 foi comprometida. Lamentamos o inconveniente e ressaltamos que vêm sendo tomadas as devidas providências para que nenhum ente federado seja prejudicado no que tange ao recebimento de transferências por conta do atraso na disponibilização da versão de transmissão do SIOPS 1º e 2º bimestres de 2021 - razão pela qual o item 3.2.4 do CAUC, referente à emissão do Anexo XII do RREO, encontra-se desabilitado, tendo em vista que o sistema de 2021 ainda não foi disponibilizado. Todas as informações orçamentárias são exportadas automaticamente do SIOPS para o DIGISUS. A Instabilidade do SIOPS e a exportação automática dos dados ainda não foram totalmente corrigidas. Em 2022 as inconsistências ainda não haviam sido corrigidas, conforme menciona a NOTA INFORMATIVA Nº 3/2022-CGIP/DGIP/SE/MS, disponível na plataforma DIGISUS, Legislação, Notas informativas e menciona: Os dados referentes à execução orçamentária e financeira alimentados pela gestão no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) são automaticamente importados para o item 9 dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e dos Relatórios de Gestão (RAG) no DGMP. O sistema recebe as seguintes informações registradas no SIOPS: Execução da Programação por Fonte, Subfunção e Natureza da Despesa; Indicadores Financeiros; Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e recursos utilizados para financiar ações de combate à Covid-19. A disponibilização desses dados segue a lógica de transmissão e homologação bimestral estabelecida pelo SIOPS, sendo importadas para o DGMP da seguinte forma: os dados do 1º RDQA correspondem às informações alimentadas no 2º bimestre do SIOPS; os dados do 2º RDQA correspondem às informações alimentadas no 4º bimestre do SIOPS; e os dados do 3º RDQA e do RAG correspondem às informações alimentadas no 6º bimestre do SIOPS. Considerando as informações registradas no Comunicado CSIOPS nº 05/2022 de 14 de abril de 2022, a tempestividade na disponibilização da versão de transmissão dos dados do SIOPS 1º bimestre 2021 foi comprometida, pois o prazo determinado pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017 encerrou-se em 10 de março de 2022 sem que houvesse a disponibilização do ambiente de registro das informações até a presente data. Nesse contexto, sem a transmissão e homologação de dados no SIOPS, os campos referentes ao item 9 dos RDQA e RAG ficam comprometidos e as tabelas são apresentadas em branco, uma vez que não há importação dos dados orçamentários. Consta no DIGISUS os dados exportados automaticamente de outras plataformas do Ministério da Saúde, como dados extraídos do FNS e do IBGE. Diante do exposto, foi apresentado aos auditores e peticionados no SEI, todos os dados extraídos diretamente da plataforma SIOPS (em anexo), demonstrando a previsão e utilização dos recursos utilizados na situação emergencial da COVID-19 para o ano de 2021. Denota-se, portanto, que eventuais falhas ocorridas não podem ser imputadas ao Município que disponibilizou todas as informações pertinentes. O Município dispõe de todas as informações relativas às adequações e ajustes no MPS e na PAS, não havendo que se falar em omissão na sua atualização".

2 - Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 654/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, que se manifestou por meio de documento s/nº datado de 31 de janeiro de 2024, em tempo hábil, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: " Vale ressaltar, que a SES/MG, estava disponibilizando aos municípios um treinamento em 2021, sobre a plataforma DIGISUS, de acordo como novo manual do usuário DIGISUS Gestor - Módulo planejamento, publicado pelo



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Ministério da Saúde, neste mesmo ano corrente 2021 (em anexo e-mail enviado a SMS, através da SRS/Var, convidando os municípios a participarem), portanto no período da minha gestão 02/01 a 29/03/2021, os municípios ainda estavam sendo capacitados a utilizar o DIGISUS, de acordo com o novo manual. Este Manual, no item I Contextualizando o DIGISUS Gestor e o Módulo Planejamento, no segundo parágrafo menciona: O DigiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP) é uma plataforma digital em construção. Portanto, ainda não se encontra finalizada. Em relação aos dados orçamentários, a plataforma que está em construção, não estava importando as informações orçamentárias obtidas através do SIOPS, não sendo liberado ao operador a possibilidade do preenchimento manual. Informações comprovadas através do comunicado CSIOPS 04/2021, emitido pelo Ministério da Saúde em 10 de junho de 2021 (em anexo), onde menciona: Versão transmissão - disponibilização atraso. A tempestividade na disponibilização da versão de transmissão dos dados do SIOPS referente aos 1º e 2º bimestres de 2021 foi comprometida. Lamentamos o inconveniente e ressaltamos que vêm sendo tomadas as devidas providências para que nenhum ente federado seja prejudicado no que tange ao recebimento de transferências por conta do atraso na disponibilização da versão de transmissão do SIOPS 1º e 2º bimestres de 2021 - razão pela qual o item 3.2.4 do CAUC, referente à emissão do Anexo XII do RREO, encontra-se desabilitado, tendo em vista que o sistema de 2021 ainda não foi disponibilizado. Todas as informações orçamentárias são exportadas automaticamente do SIOPS para o DIGISUS. A instabilidade do SIOPS e a exportação automática dos dados ainda não foram totalmente corrigidas. Em 2022 as inconsistências ainda não haviam sido corrigidas, conforme menciona a NOTA INFORMATIVA Nº 3/2022-CGFIP/DGIP/SE/MS, disponível na plataforma DIGISUS, Legislação, Notas informativas e menciona: Os dados referentes à execução orçamentária e financeira alimentados pela gestão no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) são automaticamente importados para o item 9 dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e dos Relatórios de Gestão (RAG) no DGMP. O sistema recebe as seguintes informações registradas no SIOPS: Execução da Programação por Fonte, Subfunção e Natureza da Despesa; Indicadores Financeiros; Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e recursos utilizados para financiar ações de combate à Covid-19. A disponibilização desses dados segue a lógica de transmissão e homologação bimestral estabelecida pelo SIOPS, sendo importadas para o DGMP da seguinte forma: os dados do 1º RDQA correspondem às informações alimentadas no 2º bimestre do SIOPS; os dados do 2º RDQA correspondem às informações alimentadas no 4º bimestre do SIOPS; e os dados do 3º RDQA e do RAG correspondem às informações alimentadas no 6º bimestre do SIOPS. Considerando as informações registradas no Comunicado CSIOPS nº 05/2022 de 14 de abril de 2022, a tempestividade na disponibilização da versão de transmissão dos dados do SIOPS 1º bimestre 2021 foi comprometida, pois o prazo determinado pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017 encerrou-se em 10 de março de 2022 sem que houvesse a disponibilização do ambiente de registro das informações até a presente data. Nesse contexto, sem a transmissão e homologação de dados no SIOPS, os campos referentes ao item 9 dos RDQA e RAG ficam comprometidos e as tabelas são apresentadas em branco, uma vez que não há importação dos dados orçamentários. Consta no DIGISUS os dados exportados automaticamente de outras plataformas do Ministério da Saúde, como dados extraídos do FNS e do IBGE. Diante do exposto, foi apresentado aos auditores e peticionados no SEI, todos os dados extraídos diretamente da plataforma SIOPS (em anexo), demonstrando a previsão e utilização dos recursos utilizados na situação emergencial da COVID-19 para o ano de 2021.

Diante de todas as constatações acima, posso dizer que por falha no sistema DIGISUS as informações não foram exportadas para plataforma, por isso as tabelas estão em branco. Mas o município dispõe de todas as informações orçamentárias e foram disponibilizadas aos auditores. Diante de todos os argumentos realizados acima, a SMS e eu enquanto gestora, não descumprimos as legislações citadas".

3 - Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 655/2023 datado de 30/10/2023, foi notificado o Sr. R.L.C.C. (Pessoa Física), e ex-gestor da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço no período auditado, que não se manifestou acerca desta não conformidade constatada em Relatório Preliminar.

Análise da Justificativa: 1: Avaliando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço, tendo em vista o conjunto das manifestações, ficou demonstrado pela SMS que no período da confecção do Plano Municipal de Saúde e Programação Anual da Saúde houve problemas técnicos oriundos do Sistema DIGISUS, comprovado pelas seguintes informações: comunicado CSIOPS 04/2021, emitido pelo Ministério da Saúde em 10 de junho de 2021 e NOTA INFORMATIVA Nº 3/2022-CGFIP/DGIP/SE/MS disponível na plataforma DIGISUS, o que impossibilitou a realização adequada de ajustes no PMS e na PAS, quanto às ações e os recursos para o



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



enfrentamento da COVID-19.

2: Avaliando a justificativa apresentadas pela Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, ficou demonstrado que no período da confecção do Plano Municipal de Saúde e Programação Anual da Saúde houve problemas técnicos oriundos do Sistema DIGSUS comprovado pelas seguintes informações: comunicado CSIOPS 04/2021, emitido pelo Ministério da Saúde em 10 de junho de 2021 e NOTA INFORMATIVA Nº 3/2022-CGFIP/DGIP/SE/MS disponível na plataforma DIGSUS, o que impossibilitou a realização adequada de ajustes no PMS e na PAS, quanto às ações e os recursos para o enfrentamento da COVID-19.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, a equipe acata as justificativas apresentadas por considerar que houve apresentação de fatos, documentos e evidências suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18.188.219/0001-21

Grupo: Recursos Financeiros	Constatação Nº: 666510
Subgrupo: Execução Orçamentária	
Item: Comprovação de despesas	

Constatação: A SMS de São Lourenço apresentou os Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores/RDQAs 2020 e 2021 ao Conselho Municipal de Saúde sem contemplar todas as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19 e não os apresentou à Câmara de Vereadores.

Evidência: Após análise dos documentos apresentado, verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço elaborou o 1º, 2º e 3º Relatório Detalhados do Quadrimestre Anterior 2020 contemplando informações referentes ao enfrentamento da Covid 19 e descreveu os recursos decorrentes do enfrentamento COVID-19. O 1º, 2º Relatório Detalhados do Quadrimestre Anterior 2021 não contemplam as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19 e não descrevem os recursos decorrentes do enfrentamento COVID-19. O 3º Relatório Detalhados do Quadrimestre Anterior 2021, contempla informações referentes ao enfrentamento da Covid 19 e descreve recursos decorrentes do enfrentamento COVID-19.

A SMS São Lourenço apresentou os RDQAs 2020 e 2021 ao Conselho Municipal de Saúde que os aprovou por meio de Resoluções. A Secretária Municipal de Saúde em exercício, informou em justificativa escrita, que não houveram Audiências Públicas na Câmara Municipal no período de 2020/2021, tendo em vista o período de pandemia. Desta forma, os RQDAs 2020 e 2021 não foram apresentados à Câmara Municipal. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV Art. 100 incisos I, II, III e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Os RQDAs 2020 e 2021 apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço não foram elaborados no Sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento DGMP. Tal fato está em desacordo com a Portaria GM/MS nº 750 de 29 de abril de 2019 Caput, Art. 1º, Art. 436, inciso II a, e inciso III; Portaria de Consolidação Nº 1/2017 Título IV Art. 100 incisos I, II, III e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: 1º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2020, 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2020 e 3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2020; 1º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2021, 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2021 e 3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2021 apresentados digitalmente pela SMS/São Lourenço; Declaração sobre as audiências Públicas na Câmara Municipal feita pela Gestora Municipal de Saúde em exercício datada de 20 de abril de 2023 e Termos de





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Entrevista com equipe da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço nos dias 25 e 26/04/2023: Diretora de Saúde/G.C.N., Diretora Administrativa de Saúde/L.M.M.M.S., Ex Gerente de Controle e Avaliação/D.P.D. e o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Lourenço/E.S.F.

Conformidade: Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 649/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço (Pessoa Jurídica) representada pela Sra. P.P.L., que se manifestou por meio do documento s/nº datado de 31/01/2024 em tempo hábil, entretanto em nome do chefe do executivo municipal e sem assinatura, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: " Mais uma vez há que se apontar que a constatação é improcedente. A SMS, através dos RDQAS, disponíveis no DIGSUS, contempla as ações de enfrentamento a COVID, Diretriz 5 Objetivo 5.3. Ações de Vigilância em Saúde. Em relação aos recursos financeiros não preenchidos, tal condição é decorrente da inconsistência entre a plataforma SIOPS e DIGSUS, melhor argumentada na Constatação 666922, descrita acima. Os dados orçamentários, foram extraídos diretamente do SIOPS e peticionados neste processo elencado. Os RDQAS foram elaborados na Plataforma DGMP e validados pelo Conselho Municipal de Saúde. Todos os instrumentos de Gestão são acompanhados pela SRS/VAR, pela Secretaria de Governanças, não havendo nenhuma pendência do município em relação ao não cumprimento de todas as exigências. Fato que poderá ser certificado diretamente com o Superintendente da SRS/VAR L.P.R. Em relação a audiência pública mencionada na Portaria de Consolidação Nº1/2017, há que se apontar que esta não ocorreu em função de cenário epidemiológico apresentado no ano 2020/2021. No ano de 2017 a pandemia não era nem sequer prevista, e o cenário epidemiológico era completamente diferente. Em 2021, de janeiro a abril, o município estava na onda Roxa do plano de Contingência ao enfrentamento da COVID-19 do Estado de Minas Gerais, pelo fato da instituição Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, estar com toda a capacidade instalada para atendimento a COVID-19 ocupada, 100% de ocupação nos leitos clínicos e leitos de UTI. A avaliação das ondas, permitiam algum grau de flexibilização, na onda Roxa as aglomerações eram proibidas, como forma de contenção da pandemia e do contágio. Em anexo o Decreto Municipal informando a proibição, bem como, comunicado da Câmara Legislativa informando a suspensão das audiências públicas. Ora, sob tal contexto seria impensável a realização de audiência pública perante a Câmara Municipal para apresentação dos dados, sob pena de propagação da doença ".  
2- Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 654/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, que se manifestou por meio de documento s/nº datado de 31 de janeiro de 2024, em tempo hábil, com a apresentação de justificativas acerca desta não conformidade com teor idêntico ao da manifestação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.  
3- Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 655/2023 datado de 30/10/2023, foi notificado o Sr. R.L.C.C. (Pessoa Física), e ex-gestor da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço no período auditado, que não se manifestou acerca desta não conformidade constatada em Relatório Preliminar.

**Análise da Justificativa:** 1: Avaliando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço (Pessoa Jurídica), esclarecemos que a justificativa relativa à constatação nº 666922, na qual é comprovada a instabilidade das plataformas SIOPS e DIGSUS é válida para justificar esta constatação no que se refere à elaboração dos RDQAs 2020 e 2021 no Sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento. A gestão municipal de saúde apresenta Relatórios extraídos do SIOPS referentes aos 6º bimestres de 2020 e 2021 nos quais estão contemplados os recursos de origem federal e estadual destinados ao enfrentamento da COVID 19, entretanto, não apresenta evidências de que os RDQAs 2020/2021 tenham sido apresentados à Câmara Municipal. Considerando o conjunto das manifestações, os fatos apontados, a legislação vigente e a comprovação documental anexada: Portaria da Câmara Municipal de São Lourenço Nº 48/2020 de 17/11/2020, que fecha a Câmara Municipal para atendimento externo por prazo indeterminado; os Decretos Municipais nºs: 8.256/2021, 8.262/2021, 8.264/2021, 8.268/2021, 8.280/2021 e 8.303/2021 que dispõem sobre medidas de combate ao surto, a equipe considera válida a justificativa para a impossibilidade de realização de audiências públicas presenciais, entretanto, pondera que os desafios impostos pela pandemia frente a necessidade de manter o isolamento social trouxeram mudanças no que tange às rotinas de encontros, reuniões e audiências presenciais. Como alternativa houve ampla adesão às ferramentas de comunicação via web (videoconferências e audiências on-line), as quais possibilitaram a realização dessas atividades, sem grandes prejuízos às rotinas institucionais ao mesmo tempo em que se manteve isolamento



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



sem risco de propagação da COVID-19. Ao contrário do que argumenta a defesa, a COVID-19, por si, não foi capaz de impedir a realização de audiências. Desta forma, a equipe de auditoria conclui pelo acatamento parcial das justificativas apresentadas uma vez que não houve apresentação de fatos e documentos suficientes para afastar integralmente a não conformidade.

2: Avaliando a justificativa apresentadas pela Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, a equipe considera seu período de gestão insuficiente para justificar fatos ocorridos nos exercícios de 2020 e 2021. Entretanto, diante dos fatos apontados e da legislação vigente a equipe de auditoria conclui pelo acatamento parcial das justificativas apresentadas uma vez que não houve apresentação de evidências suficientes para afastar integralmente a não conformidade.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, a equipe acata parcialmente as justificativas apresentadas por considerar que não houve a comprovação documental da apresentação dos RDQAs 2020/2021 à Câmara Municipal.

Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18.188.219/0001-21

Recomendação: Recomenda-se, que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço apresente os RDQAs 2020 e 2021, à Câmara Municipal conforme previsto pela Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV Art. 100 incisos I, II, III.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18.188.219/0001-21

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 666923

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: O RAG 2021 não contemplou as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19 e não foram apresentadas as atas de aprovação do CMS do RAG 2020 e 2021.

Evidência: Verificou-se no RAG 2020, no Capítulo 9, a Execução Orçamentária e Financeira onde estão descritos no item 9.5 os recursos COVID 19 de origem Federal; no item 9.6 os recursos COVID 19 de origem Municipal (onde descreve que não houve investimento) e no item 9.7 os recursos COVID 19 de origem Estadual, contendo assim a descrição dos recursos recebidos, decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional COVID-19. Verificou-se no RAG 2021, a ausência da descrição dos recursos recebidos, decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional COVID-19. Foram apresentadas as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde de São Lourenço, onde registra a aprovação do RAG 2020 e 2021, porém não foram apresentadas as Atas referentes a essas resoluções. A resolução apresentada é um ato do presidente do CMS, porém não constitui ato deliberativo. A aprovação do RAG deve estar consubstanciada em ato deliberativo do CMS. A ata de reunião do dia 04/03/2021, mencionada na Resolução CMS 002 de 2020, seria o documento capaz de evidenciar a decisão deliberativa de aprovação do do RAG 2021, como também a ata da reunião do dia 17/03/2022, mencionada na Resolução nº 003/2022, seria o documento capaz de evidenciar a decisão deliberativa de aprovação do do RAG 2021. Por fim, mediante a ausência de apresentação da ata, não é possível concluir pela



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



conformidade do ato de aprovação do RAG 2020 e 2021. Tal fato está em desacordo com a Resolução CNS nº 453/2012, Quinta Diretriz, inciso VI; Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV, Capítulo I Art. 99 §1º incisos I a IV; Decreto Federal nº 1.651/1995 Art. 6º §3º incisos I, II, III e IV; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3 e Portaria GM/MS Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020 Caput e art. 6º. Auditado sujeito à penalidade de Advertência Escrita.

Fonte da Evidência: - RAG 2020 e 2021;  
- Resolução do CMS 002/2020 de 04/03/2021.  
- Resolução do CMS 003/2022 de 17/03/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 649/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço (Pessoa Jurídica) representada pela Sra. P.P.L., que se manifestou por meio do documento s/nº datado de 31/01/2024 em tempo hábil, entretanto, em nome do chefe do executivo municipal e sem assinatura, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: "A referida constatação não procede. Os RAGs 2020 e 2021 foram apresentados ao Conselho Municipal de Saúde e aprovados. A Resolução, só é emitida após a apresentação e aprovação dos Conselheiros. Segue ata para comprovação. A forma que os conselhos têm para manifestar suas decisões são as Resoluções, enquanto atos administrativos. Para os conselhos as resoluções têm força de lei. O município apresentou o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas, regulamentado pelo Ministério da Saúde, diaponível no <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/instrumentos-de-planejamento-do-sus/rqpc>, onde menciona: Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC): É o instrumento que acompanha e monitora a execução da PAS, no qual é demonstrada a execução das metas e dos recursos orçamentários e financeiros anualizados na PAS a cada quadrimestre e é elaborado nos meses de maio, setembro e fevereiro. O RQPC do 1º e 2º Quadrimestre foram apresentados em setembro, em função do cenário pandêmico, com a presença dos vereadores. E todos os relatórios quadrimestrais geram o RAG. Toda a prestação de contas foram peticionadas e validadas pela SMS. Segue em anexo a ata do CMS e as Resoluções de aprovação dos RQPCS".

2 - Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 654/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, que se manifestou por meio de documento s/nº datado de 31 de janeiro de 2024, em tempo hábil, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: "Os RAGs 2020 e 2021 foram apresentados ao Conselho Municipal de Saúde e aprovados. A Resolução, só é emitida após a apresentação e aprovação dos Conselheiros. Segue ata para comprovação. A forma que os conselhos têm para manifestar suas decisões são as Resoluções, enquanto atos administrativos. Para os conselhos as resoluções têm força de lei. O município apresentou o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas, regulamentado pelo Ministério da Saúde, diaponível no <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/instrumentos-de-planejamento-do-sus/rqpc>, onde menciona: Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC): É o instrumento que acompanha e monitora a execução da PAS, no qual é demonstrada a execução das metas e dos recursos orçamentários e financeiros anualizados na PAS a cada quadrimestre e é elaborado nos meses de maio, setembro e fevereiro. O RQPC do 1º e 2º Quadrimestre foram apresentados em setembro, em função do cenário pandêmico, com a presença dos vereadores. E todos os relatórios quadrimestrais geram o RAG. Toda a prestação de contas foram peticionadas e validadas pela SMS. Segue em anexo a ata do CMS e as Resoluções de aprovação dos RQPCS (No início dos Anexos, citado também na constatação 666920). Avaliando todas as Portarias e Nota técnica mencionadas, não houve descumprimento da SMS no ano de 2021 e consequente no período da minha gestão".

3 - Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 655/2023 datado de 30/10/2023, foi notificado o Sr. R.L.C.C. (Pessoa Física), e ex-gestor da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço no período auditado, que não se manifestou acerca desta não conformidade constatada em Relatório Preliminar

Análise da Justificativa: 1: Avaliando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço, tendo em vista o conjunto das manifestações, ficou demonstrado pelo auditado que os RAGs 2020 e 2021 foram apresentados ao Conselho Municipal de Saúde e aprovados, com emissão de Resolução. O município apresentou o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas, regulamentado pelo Ministério da Saúde, diaponível no <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/instrumentos-de-planejamento-do-sus/rqpc>





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



sus/rqpc, onde menciona: Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC) e suas Resoluções de aprovação. Entretanto permanece no RAG 2021, a ausência da descrição das ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19, conforme legislação apontada no Relatório de Auditoria (Portaria de Consolidação Nº 1/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99, § 1º, inciso III) que menciona: O Relatório de Gestão contemplará os seguintes itens: III - a análise da execução orçamentária e Nota Técnica Nº 7/2020 CGFIP/DIGP/SE/MS 4.2 e 4.4 que menciona: 4.2. Com esse procedimento, as referidas metas e ações serão apresentadas posteriormente no RG 2020 e também nos RDQA de 2020, nos quais os gestores já podem indicar as ações que vêm sendo realizadas em relação à COVID 19. 4.4. Assim e em consonância ao exposto, é fundamental observar as Portarias do Ministério da Saúde, que tratam de repasses relativos à COVID 19 e a Lei Complementar nº 172/2020 que informam que a prestação de contas será feita no RG.

2: Avaliando a justificativa apresentadas pela Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, a equipe considera seu período de gestão insuficiente para justificar fatos ocorridos nos exercícios de 2020 e 2021, entretanto, foi analisada a manifestação apresentada (similar a apresentada pela pessoa jurídica - SMS).

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, a equipe acata parcialmente as justificativas apresentadas por considerar que houve apresentação de fatos, documentos e evidências suficientes para afastar parcialmente a não conformidade. Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18.188.219/0001-21

**Recomendação:** Recomenda-se, que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço realize os ajustes necessários no RAG 2021 e 2022 contemplando as ações realizadas, os recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19, conforme previsto na Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV, Capítulo I Art. 99 §1º incisos I a IV; Decreto Federal nº 1.651/1995 Art. 6º §3º incisos I, II, III e IV; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3 e Portaria GM/MS Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020 Caput e art. 6º.

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 666512

Subgrupo: Emenda Constitucional 29/2000

Item: Orçamento/LDO/LOA

**Constatação:** A SMS de São Lourenço não promoveu alteração/complementação nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos exercícios de 2020 e 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

**Evidência:** Após análise dos documentos apresentados pelo auditado, verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço não promoveu alterações nos textos originais das Leis Municipais números: 3.396 de 30/12/2019 (LOA 2020) e 3.374 de 18/07/2019 (LDO 2020) que dispõem sobre o orçamento anual e as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, entretanto, abriu créditos especiais no exercício 2020 em razão da arrecadação de recursos para custeio de ações e serviços COVID 19, por meio dos seguintes Decretos Municipais: Decreto 3.400 de 08/04/2020, Decreto 3401 e 3403 de 29/04/2020.

No exercício 2021, verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço promoveu alteração no texto originais da Lei Municipal nº 3.448 de 30/12/2020 (LOA 2021), por meio da Lei Municipal nº 3.449 de 14/01/2021, entretanto, essa alteração não identifica as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19. A Lei Municipal nº 3.417 de 17/07/2020 (LDO 2021) não sofreu alteração.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Verificou-se que as Notas de Empenho para pagamento de ações e serviços relacionadas ao enfrentamento do COVID 19 ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, no exercício 2020 não foram identificadas pela Classificação Orçamentária: ENFRENTAMENTO EMERGÊNCIA SAÚDE COVID 19. As Notas de Empenho para pagamento de ações e serviços relacionadas ao enfrentamento do COVID 19 ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, no exercício 2021, em observação à OT TCE/MG Of. Circular nº 02/PRES./2020, foram identificadas pela fonte de recurso 154 (Outras transferências de recursos do SUS), entretanto, também não houve identificação pela Classificação Orçamentária: ENFRENTAMENTO EMERGÊNCIA SAÚDE COVID 19.

Tais fatos estão em desacordo com a Emenda Constitucional nº 106/2020, art.5º, inciso I; Decreto Federal nº 10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III; Instrução Normativa Nº 41/2020 Art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III; Lei Federal 4.320/1964, Art. 41 ao 46 e Nota Técnica SEI nº 21231/2020/ME com alterações nos tópicos 31, 40 e 44, incorporadas pela Nota Técnica SEI nº 25928/2020/ME Errata, item 12.

**Fonte da Evidência:** Leis Municipais números: 3.396 de 30/12/2019 (LOA 2020) e 3.374 de 18/07/2019 (LDO 2020); 3.448 de 30/12/2020 (LOA 2021), 3.449 de 14/01/2021 (alteração) e 3.417 de 17/07/2020 (LDO 2021); Decretos Municipais números: 3.400 de 08/04/2020, 3401 e 3403 de 29/04/2020; Notas de Empenho relativas aos recursos repassados ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço no período de 01/03/2020 a 31/12/2021 apresentados digitalmente pela Secretaria Municipal de Saúde/São Lourenço e Termos de Entrevista com equipe da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço nos dias 25 e 26/04/2023: Diretora de Saúde/G.C.N., Diretora Administrativa de Saúde/L.M.M.M.S., Ex Gerente de Controle e Avaliação/D.P.D. e o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Lourenço/E.S.F.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 649/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço (Pessoa Jurídica) representada pela Sra. P.P.L., que se manifestou por meio do documento s/nº datado de 31/01/2024 em tempo hábil, entretanto, em nome do chefe do executivo municipal e sem assinatura, com a apresentação das seguintes justificativas acerca desta não conformidade: "Em relação a tal constatação há que se ressaltar a improcedência das alegações. Ocorreram as alterações orçamentárias necessárias a abranger as ações no âmbito do combate à COVID-19. No exercício de 2020, não foram realizadas alterações nos textos originais das Leis Municipais nº 3.396/2019 e 3.374/2019. Porém, houve a autorização de abertura de créditos especiais, por meio das Leis Municipais nº 3401 e 3403 de 29/04/2020, identifica as ações de enfrentamento a COVID 19, através da ação 10.302.004.2.0213 . Consta print da ação orçamentária 10.302.004.2.0213 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19. "A efetiva abertura dos referidos créditos especiais se deu por meio dos Decretos nº 7.836 e 7.837. No exercício de 2021, houve alteração no texto da Lei Orçamentária Anual (LOA) através da Lei Municipal nº 3.449 de 14 de janeiro de 2021 (documento peticionado no processo inicial da auditoria). A identificação da ação, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19 está no PPA (Plano Pluri Anual) no item 2.212 e 2.213 e também na LDO, onde se criou uma ação dentro do bloco de Vigilância em Saúde, no Programa 003 e no bloco da Atenção da Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, no Programa 004 (documentos em anexo). As notas de empenho do ano de 2021 eram identificadas através da Fonte 154 (recursos oriundos do enfrentamento da emergência da COVID-19), também através da Fonte 254 em função do superávit financeiro, todas as orientações da OT TCE/MG Of. Circular Nº 02/PRES./2020 foram seguidas. Já a Fonte 54 usada em 2020, corresponde a outras transferências de recursos do SUS, usado inicialmente por orientação do TCE/MG. Em relação a Classificação Orçamentária, as ações de Enfrentamento Emergência Saúde COVID-19, eram identificadas através da Fonte, no histórico das liquidações emitidas e na especificação de cada empenho (em anexo). Todas as prestações de contas referentes a COVID-19 do município de São Lourenço foram aprovadas sem restrições pelo TCE/MG. Toda a documentação mencionada, em sua íntegra, está disponível no Portal Transparência da Prefeitura Municipal de São Lourenço através do site: <https://pm-slourenco.publicacao.siplanweb.com.br> - item documentos. Conclui-se, portanto, que foram realizadas as alterações orçamentárias necessárias, em conformidade com as orientações dos órgãos de controle".

2- Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 654/2023 datado de 30/10/2023, foi notificada a Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, que se manifestou por meio de documento s/nº datado de 31 de janeiro de 2024, em tempo hábil, com a apresentação de justificativas acerca desta não conformidade com teor idêntico ao da manifestação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.

3- Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 655/2023 datado de 30/10/2023, foi notificado o Sr. R.L.C.C. (Pessoa Física), e



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



ex-gestor da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço no período auditado, que não se manifestou acerca desta não conformidade constatada em Relatório Preliminar.

**Análise da Justificativa:** 1: Avaliando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço (Pessoa Jurídica), tendo em vista o conjunto das manifestações, os fatos apontados, a legislação vigente e documentos apresentados: Leis Municipais nº 3.401 e 3.403 de 29/04/2020, que identifica as ações de enfrentamento a COVID 19, através da ação 10.302.004.2.0213 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19; a alteração no texto original da Lei Municipal nº 3.448 de 30/12/2020 (LOA 2021), por meio da Lei Municipal nº 3.449 de 14/01/2021 no exercício 2021; PPA item 2.212 e 2.213 e LDO 2021 com a identificação da ação, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19 e a nota de empenho Nº 4520/2020 identificada através da Fonte 154 (Outras transferências de recursos do SUS), a equipe de auditoria conclui pelo acatamento das justificativas apresentadas uma vez que houve apresentação de fatos e documentos suficientes para afastar a não conformidade.

2: Avaliando a justificativa apresentadas pela Sra. G.C.N.F. (Pessoa Física), e Gestora Municipal de Saúde no período de 02/01/2021 a 29/03/2021, a equipe considera seu período de gestão insuficiente para justificar fatos ocorridos nos exercícios de 2020 e 2021, entretanto, diante dos fatos apontados, da legislação vigente e dos documentos anexados, a equipe de auditoria conclui pelo acatamento das justificativas apresentadas.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, a equipe acata integralmente as justificativas apresentadas por considerar que houve apresentação de fatos, documentos e evidências suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDE DE SÃO LOURENÇO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	18.188.219/0001-21

#### VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 31/10/2023

Ofício Nº: 6492023

Data: 31/10/2023

#### VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio de Ofícios de notificações foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria n.º 719: Ofício SES/GAB/AUDSUS n.º 649/2023 de 30/10/2023, à Secretaria Municipal de Saúde, recebido em 21/11/2023, conforme AR 92939894 6 BR; Ofício SES/GAB/AUDSUS n.º 652/2023 de 30/10/2023, à Sra. P.P.L. (pessoa física), recebido em 21/11/2023 conforme AR BR 92939891 5 BR; Ofício SES/GAB/AUDSUS n.º 654 de 30/10/2023 à Sra G.C.N.F. recebido em 01/12/2023 conforme AR BR 92939889 2 BR; Ofício SES/GAB/AUDSUS n.º 653 de 30/10/2023 ao SR. W.J.N.J., recebido em 22/11/2023 conforme AR BR92939890 1 BR; Ofício SES/GAB/AUDSUS n.º 655 de 30/10/2023, ao SR. R.L.C.C., recebido em 19/12/2023 conforme AR BR 929409887 BR, para conhecimento e manifestação.

Houve solicitação de prorrogação de prazo para manifestação, feita pelo representante legal da pessoa jurídica da SMS de São Lourenço Sra E.J. de T.R., por meio do Ofício sem número, datado de 30/11/2023, que lhe foi concedida por meio do Ofício SES/URSPDU-ARAS-SUS/MG Nº. 16/2023 de 11/12/2023.

Houve solicitação de prorrogação de prazo para manifestação, pela Srª G.C.N.F., através do Ofício sem número, datado de 26/12/2023, que lhe foi concedida por meio do Ofício SES/URSPDU-ARAS-SUS/MG nº. 26/2023.

Em nome da SMS o prefeito municipal de São Lourenço encaminhou tempestivamente a manifestação por meio do Ofício datado de 31/01/2024, sem assinatura.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Através do Ofício sem número, datado de 31/01/2024 a Srª G.C.N.F. encaminhou tempestivamente a manifestação.

O Sr. R.L.C.C não enviou justificativas.

O Sr. W.J.N.J. não enviou justificativas.

As justificativas apresentadas foram analisadas pela equipe responsável pela auditoria, o Relatório Final foi emitido e encaminhado à SMS e à pessoa física E.J. de T.R., bem como aos outros responsáveis notificados, sendo-lhes assegurado o direito à ampla defesa e contraditório em segunda instância.

#### VIII - CONCLUSÃO

O objetivo de avaliar a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço em relação ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, definido como referência para atendimento COVID-19 no Plano de Contingência Operativo da Macro Região Sul, no que se refere ao acompanhamento das taxas de ocupação de leitos Clínicos e de UTI/COVID-19, ao Controle e Avaliação da produção e aplicação de recursos destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19 foi alcançado.

Houve celebração de instrumentos jurídicos entre a SMS de São Lourenço e o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço para transferências de recursos destinados à aquisição de equipamentos, de materiais permanentes, móveis, medicamentos e insumos para custeio da COVID-19, por meio dos quais a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço repassou ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço no período auditado, recursos financeiros de origem Federal, no valor total de R\$ R\$ 18.255.105,99 (dezoito milhões duzentos e cinquenta e cinco mil cento e cinco reais e noventa e nove centavos) e recursos financeiros de origem Estadual no valor total de R\$ 1.618.959,35 (um milhão seiscentos e dezoito mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

A SMS acompanhou parcialmente a ocupação de leitos no Hospital Casa de Caridade de São Lourenço. As informações sobre ocupações de leitos publicadas pela SMS de São Lourenço diferiram das publicações do prestador. Não foram apresentados dados que comprovem a realização do controle da produção, análise e avaliação do serviço prestado, no atendimento de casos da COVID-19. Não foi realizado nenhum monitoramento ativo pelo componente de regulação do município, para verificação em tempo real das internações e efetiva ocupações de leitos, principalmente na questão de negativas de leitos de UTI COVID. O Serviço de Auditoria Assistencial não se encontra implantado, o que causa dificuldades em fazer um acompanhamento fidedigno.

Quanto à não conformidade em relação à apresentação dos Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores/RDQAs 2020 e 2021 à Câmara Municipal, foram apresentadas justificativas ou evidências insuficientes para afastar integralmente a não conformidade, razão pela qual, foi parcialmente acatada pela equipe.

A equipe de auditoria registrou constatações não conformes (Financeira e Assistencial) para as quais foram apresentadas, no prazo regulamentar, justificativas pela Pessoa Jurídica/SMS de São Lourenço, sem assinatura e em nome do chefe do executivo municipal. As justificativas foram analisadas pela equipe de auditoria, não obstante à dificuldade em analisar os documentos (anexos à justificativa), pois alguns se encontravam ilegíveis e sem identificação à qual não conformidade estava correlacionado.

Para as constatações mantidas como não conformes será passível a apresentação, pelo auditado, de recurso à Junta de Recursos da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, para análise em 2ª Instância.

#### Encaminhamentos:

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 719 à SMS de São Lourenço para conhecimento e interposição de recurso em 2ª Instância:

1. Ofício de Aplicação de Penalidade de Relatório Final de Auditoria à Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço;
2. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. W.J.N.J.;
3. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria a Sra. G.C.N.F.;
4. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. R.L.C.C.;

Transcorridas todas as fases do processo administrativos, será dada ciência:

1. Conselho Municipal de Saúde de São Lourenço;
2. À Gerência Regional de Saúde de Varginha.





IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF







SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



X - ANEXOS

ANEXO 01-TRANSFERÊNCIAS DO FMS/SÃO LOURENÇO AO HOSPITAL FUNDAÇÃO CASA DE CARIDADE DE SÃO LOURENÇO

ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de São Lourenço ao Hospital Fundação Casa de Caridade de São Lourenço e utilizados para Aquisição de Materiais, Móveis Hospitalares, Insumos, Equipamentos e Medicamentos para ações e serviços de enfrentamento à pandemia COVID 19 no período de 01/03/2020 a 31/12/2021.

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			Hospital Fundação Casa de Caridade de São Lourenço			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução o SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do beneficiário (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	O beneficiário prestou contas? (sim/ não/ observações)
35.659-X/983 Banco do Brasil	FES	7511	-	Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021	2738	07/07/2021	264.636,14	500105-8 Ag.152/CEF	264.636,14	30/06/2021	Ressarcimento
35.659-X/983 Banco do Brasil	FES	7546	-	Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021	2978	21/07/2021	355.846,89	500105-8 Ag.152/CEF	355.846,89	31/07/2021	Ressarcimento
35.659-X/983 Banco do Brasil	FES	7607	-	Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021	3254	17/08/2021	365.952,54	500105-8 Ag.152/CEF	365.952,54	30/09/2021	Ressarcimento
35.659-X/983 Banco do Brasil	FES	7655	-	Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021	3861	03/09/2021	432.523,78	500105-8 Ag.152/CEF	432.523,78	30/09/2021	Ressarcimento
27.131-4/983 Banco do Brasil	FES	7461	-	Contrato nº 2021.05.060 de 28/05/2021	228	24/06/2021	200.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	164.380,87	14/09/2021	Sim/Parcial
Total Fundo Estadual de Saúde .....							1.618.959,35		1.583.340,22		
624033-6 Ag.152/CEF	Emenda	-	EP 396000014 Port.721/2020	Convênio s/nº de 04/05/2020	2046	07/05/2020	150.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	150.000,00	04/09/2020	Sim
624033-6 Ag.152/CEF	Emenda	-	EP 14050009 Port1392/2021	Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021	5052	09/11/2021	280.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	280.000,00	30/11/2021	Não prevê
Total Emendas Parlamentares .....							430.000,00		430.000,00		



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### ANEXO 01-TRANSFERÊNCIAS DO FMS/SÃO LOURENÇO AO HOSPITAL FUNDAÇÃO CASA DE CARIDADE DE SÃO LOURENÇO

624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1666	Convênio s/nº de 07/08/2020	4079	22/10/2020	240.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	240.000,00	07/02/2021	Sim
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1666	Convênio s/nº de 07/08/2020	4079	27/10/2020	97.500,00	500105-8 Ag.152/CEF	97.500,00	07/02/2021	Sim
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1666	-	4896	04/12/2020	84.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	84.000,00	07/02/2021	Sim
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1448	-	2221	05/06/2020	440.473,02	500105-8 Ag.152/CEF	440.473,02	07/02/2021	Sim
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1393	Convênio s/nº de 25/05/2020	2221	25/05/2020	488.513,60	500105-8 Ag.152/CEF	488.513,60	25/09/2020	Sim
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	774	Convênio s/nº de 29/04/2020	1957	30/04/2020	1.547.619,37	500105-8 Ag.152/CEF	1.547.619,37	30/08/2020	Sim
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1717	Convênio s/nº de 20/07/2020	2774	22/07/2020	1.728.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	1.728.000,00	20/11/2020	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	2995	Convênio s/nº de 24/11/2020	4520	17/12/2020	576.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	576.000,00	20/11/2020	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1666	Convênio s/nº de 13/11/2020	4079	25/11/2020	564.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	564.000,00	13/05/2021	Sim
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1666	Convênio s/nº de 09/02/2021	193	12/04/2021	384.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	384.000,00	09/06/2021	Sim
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	3567	Convênio s/nº de 15/01/2021	785	11/02/2021	576.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	576.000,00	15/05/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	897	Contrato nº 2021.05-049 de 21/05/2021	2308	01/06/2021	960.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	960.000,00	31/05/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	829	Contrato nº 2021.05-025 de 14/05/2021	2309	01/06/2021	144.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	144.000,00	31/05/2021	Não prevê



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### ANEXO 01-TRANSFERÊNCIAS DO FMS/SÃO LOURENÇO AO HOSPITAL FUNDAÇÃO CASA DE CARIDADE DE SÃO LOURENÇO

624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	735	Contrato nº 2021.05-024 de 14/05/2021	2310	01/06/2021	96.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	96.000,00	31/05/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1059	Contrato nº 2021.05-062 de 28/05/2021	2642	25/06/2021	1.200.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	1.200.000,00	30/06/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	373/501	Contrato nº 2021.03-039 de 30/03/2021	1462	06/04/2021	1.344.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	1.344.000,00	30/04/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	501	Contrato nº 2021.03-040 de 30/03/2021	1463 1464	06/04/2021	288.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	288.000,00	30/04/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1453	Contrato nº 2021.07-023 de 12/07/2021	2979	21/07/2021	1.200.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	1.200.000,00	31/08/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1966	Contrato nº 2021.08-035 de 24/08/2021	3835	27/08/2021	1.200.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	1.200.000,00	30/09/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	2336	Contrato nº 2021.09-018 de 21/09/2021	4173	30/09/2021	1.200.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	1.200.000,00	31/10/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	2730	Contrato nº 2021.10-016 de 22/10/2021	5089	11/11/2021	1.200.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	1.200.000,00	30/11/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	1666	Convênio s/nº de 07/08/2020	5351	19/11/2021	297.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	297.000,00	07/02/2021	Sim
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	3202	Contrato nº 2021.11-006 de 29/11/2021	6118	20/12/2021	1.200.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	890.891,20	31/12/2021	Não prevê
624033-6 Ag.152/CEF	FNS	-	3340	Contrato nº 2021.12-005 de 16/12/2021	6129	23/12/2021	1.200.000,00	500105-8 Ag.152/CEF	-	31/12/2021	Não prevê
Total Fundo Nacional de Saúde .....							18.255.105,99		16.745.997,19		
TOTAL REPASSADO:							20.295.075,34	TOTAL GASTO:	18.759.337,41		



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 02 - TRANSFERÊNCIAS DO FES/MG AO FMS/SÃO LOURENÇO

ANEXO 02 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Estadual de Saúde de Minas Gerais (FES/MG) à Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço no período de 01/03/2020 a 31/12/2021.

NORMAS			PAGAMENTO		CONTA DE RECEBIMENTO NA SMS SÃO LOURENÇO			PRESTAÇÃO DE CONTAS			OBSERVAÇÃO (campo livre)
Resolução SES/MG (nº)	Portaria MS de origem (nº)	Vigência (dd/mm/aa)	Valor (R\$)	Data recebimento (dd/mm/aa)	Banco	Agência	Conta Corrente	GECON (S/N)	SIGRES (S/N)	SMS validou? (S/N)	
7461	N/A		200.000,00	11/06/2021	Brasil	0983-0	27.131-4	N/A			Termo de Compromisso 744/7461 de 19/04/2021.
7511	N/A		264.636,14	25/05/2021	Brasil	0983-0	35.659-X	N/A			Recurso de ressarcimento do procedimento 03.03.01.022-3.
7546	N/A		355.846,89	24/06/2021	Brasil	0983-0	35.659-X	N/A			Recurso de ressarcimento do procedimento 03.03.01.022-3.
7607	N/A		365.952,54	12/08/2021	Brasil	0983-0	35.659-X	N/A			Recurso de ressarcimento do procedimento 03.03.01.022-3.
7655	N/A		432.523,78	27/08/2021	Brasil	0983-0	35.659-X	N/A			Recurso de ressarcimento do procedimento 03.03.01.022-3.
Total.....			1.618.959,35								

Fonte: Plano de Contingência da Grade Hospitalar para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 e Resoluções SES/MG referente ao período de 01/março/2020 a 31/dezembro/2021





#### ANEXO 03 - CONSTATAÇÃO 666493

##### ANEXO 03 – CONSTATAÇÃO 666493:

###### 01. Grupo: Recursos Financeiros

###### Subgrupo: Item: Movimentação Financeira

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço para o repasse de recursos financeiros de origem Federal e Estadual, referente ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

**Evidência:** Após extração de dados e análise dos documentos apresentados pelo auditado verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço celebrou com o Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço no período de março/2020 a dezembro/2021 os seguintes convênios e contratos para o repasse de recursos destinados ao enfrentamento da COVID 19:

- **Convênio** s/nº de 29/04/2020: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 774/2020. Objeto: custeio de ações e serviços relacionados à assistência ambulatorial e hospitalar decorrentes da COVID 19 no valor de **R\$ 1.547.619,37** (um milhão quinhentos e quarenta e sete mil seiscentos e dezenove reais e trinta e sete centavos). Vigência: 30/08/2020. Recurso transferido integralmente em 30/04/2020 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Convênio** s/nº de 04/05/2020: Recurso de Emenda Parlamentar Federal nº 396000014, previsto na Portaria MS nº 721/2020. Objeto: incremento da atenção de Média e Alta Complexidade e custeio de ações e serviços relacionados à assistência ambulatorial e hospitalar no valor de **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais). Vigência: 04/09/2020. Recurso transferido integralmente em 07/05/2020 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Convênio** s/nº de 29/05/2020: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1393/2020. Objeto: permitir atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da COVID 19 no valor de **R\$ 488.513,60** (quatrocentos e oitenta e oito mil quinhentos e treze reais e sessenta centavos). Vigência: 25/09/2020. Recurso transferido integralmente em 29/05/2020 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Convênio** s/nº de 20/07/2020: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1717/2020. Objeto: habilitação de 12 (doze) novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva UTI Adulto tipo II COVID 19, no valor de R\$ 1.728.000,00 (um milhão setecentos e vinte e oito mil reais). Vigência: 20/11/2020. Recurso transferido integralmente em 22/07/2020 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Convênio** s/nº de 07/08/2020: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1666/2020. Objeto: custeio de ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, no valor de **R\$ 564.000,00** (quinhentos e sessenta quatro mil reais). Vigência: 13/05/2021. Recurso transferido integralmente em 25/11/2020 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Convênio** s/nº 07/08/2020: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1666/2020. Objeto: custeio de ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, assistência farmacêutica, aquisição de suprimentos, insumos, produtos hospitalares e custeio do procedimento de tratamento da infecção pelo corona vírus, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por internação. Vigência: 07/02/2021. Recurso transferido no valor **R\$ 297.000,00** (duzentos e noventa e sete mil reais) em 19/11/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;



#### ANEXO 03 - CONSTATAÇÃO 666493

- **Convênio** s/nº 13/11/2020: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1666/2020. Objeto: custeio de ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, assistência farmacêutica, aquisição de suprimentos, insumos, produtos hospitalares e custeio do procedimento de tratamento da infecção pelo corona vírus, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por internação. Vigência: 07/02/2021. Recurso transferido no valor **R\$ 421.500,00** (quatrocentos e vinte e um mil e quinhentos reais) nos meses de outubro e dezembro 2020 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Convênio** s/nº de 24/11/2020: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 2995/2020. Objeto: prorrogação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva UTI Adulto tipo II COVID 19 no valor de R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil) por parcela, enquanto houver prorrogação. Vigência: 20/11/2020. Foram transferidos o valor total de **R\$ 576.000,00** em 17/12/2020 relativo a duas parcelas à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Convênio** s/nº 09/02/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1666/2020. Objeto: custeio de ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, assistência farmacêutica, aquisição de suprimentos, insumos, produtos hospitalares e custeio do procedimento de tratamento da infecção pelo corona vírus, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por internação. Vigência: 09/06/2021. Recurso transferido no valor **R\$ 384.000,00** (trezentos e oitenta e quatro mil reais) em 12/04/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato Nº 2021.03-039** de 30/03/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 373/2021. Objeto: criação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva UTI Adulto e Pediátrico COVID 19 no valor de **R\$ 1.344.000,00** (um milhão trezentos e quarenta e quatro mil reais). Vigência: 30/04/2021. Recurso transferido integralmente em 06/04/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato Nº 2021.03-040** de 30/03/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 501/2021. Objeto: criação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva UTI Adulto e Pediátrico COVID 19 no valor de **R\$ 288.000,00** (duzentos e oitenta e oito mil reais). Vigência: 30/04/2021. Recurso transferido integralmente em 06/04/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato Nº 2021.05-024** de 14/05/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 735/2021. Objeto: contratação de serviços conforme especificações do Termo de Referência no valor de **R\$ 96.000,00** (noventa e seis mil reais). Vigência: 31/05/2021. Recurso transferido integralmente em 01/06/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato 2021.05-025** de 14/05/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 829/2021. Objeto: contratação de serviços conforme especificações do Termo de Referência no valor de **R\$ 144.000,00** (cento e quarenta e quatro mil reais). Vigência: 31/05/2021. Recurso transferido integralmente em 01/06/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato nº 2021.05.061** de 28/05/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7511/2021. Objeto: contratação de serviços especializados do hospital conforme Resolução 7511/2021 e suas alterações, no valor de **R\$ 264.636,14** (duzentos e sessenta e quatro mil seiscentos e trinta e seis reais e quatorze centavos). Vigência: 30/06/2021. Recurso transferido integralmente em 07/07/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato 2021.05-062** de 28/05/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1059/2021. Objeto: contratação de serviços conforme Portaria 1059 de 24/05/2021 no valor de **R\$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais). Vigência: 30/06/2021. Recurso transferido integralmente em 25/06/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;





#### ANEXO 03 - CONSTATAÇÃO 666493

- **Contrato nº 2021.06-029** de 28/06/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7546/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Resolução 7546/2021 de 15/06/2021, no valor de **R\$ 355.846,89** (trezentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta e nove centavos). Vigência: 31/07/2021. Recurso transferido integralmente em 21/07/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato nº 2021.07-023** de 12/07/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1453/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Portaria 1453 de 29/06/2021 no valor de **R\$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais). Vigência: 31/08/2021. Recurso transferido integralmente em 21/07/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato nº 2021.07.048** de 29/07/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7607/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Resolução 7607/2021 de 20/07/2021, no valor de **R\$ 365.952,54** (trezentos e sessenta e cinco mil novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos). Vigência: 30/09/2021. Recurso transferido integralmente em 17/08/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato 2021.08-035** de 24/08/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 1966/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Portaria 1966 de 13/08/2021 no valor de **R\$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais). Vigência: 30/09/2021. Recurso transferido integralmente em 27/08/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato nº 2021.08.040** de 27/08/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7655/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Resolução 7655/2021 de 20/07/2021, no valor de **R\$ 432.523,78** (quatrocentos e trinta e dois mil quinhentos e vinte três reais e setenta e oito centavos). Vigência: 30/09/2021. Recurso transferido integralmente em 03/09/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato 2021.09-018** de 21/09/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 2336/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Portaria 2336 de 14/09/2021 no valor de **R\$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais). Vigência: 31/10/2021. Recurso transferido integralmente em 30/09/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato nº 2021.10-017** de 22/10/2021: Recurso de Emenda Parlamentar Federal nº 14050009, previsto na Portaria MS nº 1392/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Emenda Parlamentar nº 14050009 no valor de **R\$ 280.000,00** (duzentos e oitenta mil reais). Vigência: 30/11/2021. Recurso transferido integralmente em 09/11/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato 2021.10-016** de 22/10/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 2730/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Portaria 2730 de 14/10/2021 no valor de **R\$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais). Vigência: 30/11/2021. Recurso transferido integralmente em 11/11/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato 2021.11-006** de 29/11/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 3202/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Portaria 3202 de 18/11/2021 no valor de **R\$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais). Vigência: 31/12/2021. Recurso transferido integralmente em 20/12/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;
- **Contrato 2021.12-005** de 16/12/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 3340/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Portaria 3340 de 1º/12/2021 no valor de **R\$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais). Vigência: 31/12/2021. Recurso transferido integralmente em 23/12/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;



#### ANEXO 03 - CONSTATAÇÃO 666493

- **Contrato 2021.05.060** de 28/05/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7461/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Resolução 7461/2021 de 31/03/2021 e suas alterações, no valor de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais). Vigência: 14/09/2021 em razão do I Termo Aditivo de 01/07/2021. Recurso transferido integralmente em 24/06/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;

- **Contrato 2021.05.049** de 21/05/2021: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 897/2021. Objeto: contratação de serviços do hospital conforme Portaria 897 de 05/05/2021 no valor de **R\$ 960.000,00** (novecentos e sessenta mil reais). Vigência: 31/05/2021. Recurso transferido integralmente em 01/06/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF;

- **Convênio s/nº de 15/01/2021**: Recurso Federal previsto na Portaria MS nº 3567/2020. Objeto: prorrogação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva UTI Adulto tipo II COVID 19 no valor de **R\$ 960.000,00** (novecentos e sessenta mil reais). Vigência: 15/05/2021. Recurso transferido integralmente em 11/02/2021 à conta corrente 500105-8/Ag.152/CEF.

Verificou-se ainda, por meio da Nota de Empenho nº 2221/2020, a transferência do valor de **R\$ 440.473,02** (quatrocentos e quarenta mil quatrocentos e setenta e três reais e dois centavos) em 05/06/2020, relativos ao auxílio financeiro emergencial previsto na Portaria GM/MS nº 1448 de 29/05/2020, da conta corrente nº 624033-6 Ag.152/CEF do FMS de São Lourenço para a conta corrente nº 500105-8/Ag.152/CEF do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço.

Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017 Anexo 2 do Anexo XXIV Artigo 14, Lei nº 8.080/90 art. 24 Parágrafo Único; **Convênio s/nº de 29/04/2020**; **Convênio s/nº de 04/05/2020**; **Convênio s/nº de 25/05/2020**; **Convênio s/nº de 20/07/2020**; **Convênio s/nº de 07/08/2020**; **Convênio s/nº 07/08/2020**; **Convênio s/nº de 24/11/2020**; **Convênio s/nº 13/11/2020**; **Convênio s/nº 09/02/2021**, **Contrato Nº 2021.03-039** de 30/03/2021; **Contrato Nº 2021.03-040** de 30/03/2021; **Contrato Nº 2021.05-024** de 14/05/2021; **Contrato 2021.05-025** de 14/05/2021; **Contrato nº 2021.05.061** de 28/05/2021; **Contrato 2021.05-062** de 28/05/2021; **Contrato nº 2021.06-029** de 28/06/2021; **Contrato 2021.07-023** de 12/07/2021; **Contrato nº 2021.07.048** de 29/07/2021; **Contrato 2021.08-035** de 24/08/2021; **Contrato nº 2021.08.040** de 27/08/2021; **Contrato 2021.09-018** de 21/09/2021; **Contrato nº 2021.10-017** de 22/10/2021; **Contrato 2021.10-016** de 22/10/2021; **Contrato 2021.11-006** de 29/11/2021; **Contrato 2021.12-005** de 16/12/2021; **Contrato 2021.05.060** de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021; **Contrato 2021.05.049** de 21/05/2021; **Convênio s/nº de 15/01/2021**; Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais V; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus COVID-19) da Macrorregião Leste do Sul item V; SISTEMAS DE APOIO V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório Gestores municipais item V; Resolução SES/MG nº 7098/2020 Art. 1º e Anexo I; Resolução SES/MG nº 7097/2020 Art. 1º e Anexo I; Resolução SES/MG nº 7461/2021 Art. 1º e Anexo I; Resolução SES/MG nº 7511/2021 Art. 1º e Anexo I; Resolução SES/MG nº 7546/2021 Art. 1º e Anexo I; Resolução SES/MG nº 7607/2021 Art. 1º e Anexo I; Resolução SES/MG nº 7655/2021 Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 774 de 09/04/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS nº 721/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS/GM nº 1393 de 21/05/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1448 de 29/05/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1717 de 08/07/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1666 de 1º/07/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 2995 de 29/10/2020 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria GM/MS nº 373 de 02/03/2021 Caput Art. 1º e Anexo; Portaria GM/MS nº 501 de 19/03/2021 Caput Art. 1º e Anexo; Portaria GM/MS nº 735 de 19/04/2021 Caput Art. 1º e Anexo; Portaria GM/MS nº 829 de 28/04/2021 Caput Art. 1º; Portaria MS/GM nº 1059 de 24/05/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 1392 de 25/06/2021





#### ANEXO 03 - CONSTATAÇÃO 666493

Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1453 de 29/06/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 1996 de 13/08/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 2336 de 14/09/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 2730 de 14/10/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 3202 de 18/11/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 3340 de 1º/12/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 897 de 5/05/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 1802 de 20/07/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS/GM nº 2999 de 03/11/2021 Caput, Art. 1º e Anexo.

**Fonte da Evidência:** Convênio s/nº de 29/04/2020; Convênio s/nº de 04/05/2020; Convênio s/nº de 25/05/2020; Convênio s/nº de 20/07/2020; Convênio s/nº de 07/08/2020; Convênio s/nº 07/08/2020; Convênio s/nº de 24/11/2020; Convênio s/nº 13/11/2020; Convênio s/nº 09/02/2021, Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021; Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021; Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021; Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021; Contrato nº 2021.05.061 de 28/05/2021; Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021; Contrato nº 2021.06-029 de 28/06/2021; Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021; Contrato nº 2021.07.048 de 29/07/2021; Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021; Contrato nº 2021.08.040 de 27/08/2021; Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021; Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021; Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021; Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021; Contrato 2021.05.060 de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021; Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021; Convênio s/nº de 15/01/2021 acompanhados de Notas de Empenho e transferências bancárias apresentados digitalmente pela SMS São Lourenço; Termos de Entrevista com equipe da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço nos dias 25 e 26/04/2023: Diretora de Saúde/G.C.N., Diretora Administrativa de Saúde/L.M.M.M.S., Ex Gerente de Controle e Avaliação/D.P.D. e o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Lourenço/E.S.F..

**Conformidade:** Conforme.





#### ANEXO 04 - CONSTATAÇÃO 666500

##### ANEXO 04 - CONSTATAÇÃO 666500:

**05. Grupo:** Recursos Financeiros

**Subgrupo:** Item: Movimentação Financeira

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do **Fundo Nacional de Saúde** para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço.

**Evidência:** Após extração de dados e análise dos documentos apresentados pelo auditado verificou-se que:

- O Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço recebeu recursos financeiros de origem **Federal** destinados a ações e serviços de enfrentamento da COVID 19. Tais recursos foram recebidos na conta corrente **624033-6/Ag. 152/CEF (Bloco custeio)**; vinculada ao **CNPJ Nº 11.367.641/0001-03** do Fundo Municipal de Saúde no valor total de **R\$ 29.013.240,69** (vinte nove milhões treze mil duzentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos) no período de março/2020 a dezembro/2021. Desse montante, o valor de **R\$ R\$ 18.255.105,99** (dezoito milhões duzentos e cinquenta e cinco mil cento e cinco reais e noventa e nove centavos) foram especificamente destinados ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço para habilitar leitos de UTI Adulto Tipo II e auxiliar no controle do avanço da pandemia COVID-19 por meio das Portarias Ministeriais números: 774 de 09/04/2020, 721 de 06/04/2020, 1393 de 21/05/2020, 1448 de 29/05/2020, 1717 de 08/07/2020, 1666 de 1º/07/2020, 1802 de 20/07/2020, 2995 de 29/10/2020, 373 de 02/03/2021, 501 de 19/03/2021, 735 de 19/04/2021, 829 de 28/04/2021, 897 de 5/05/2021, 1059 de 24/05/2021, 1392 de 25/06/2021, 1453 de 29/06/2021, 1996 de 13/08/2021, 2336 de 14/09/2021, 2730 de 14/10/2021, 2999 de 03/11/2021, 3202 de 18/11/2021 e 3340 de 1º/12/2021.

- A Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço repassou ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço **recursos financeiros de origem Federal**, recebidos na conta corrente **624033-6/Ag. 152/CEF**, mediante a celebração dos Convênios: Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20); Convênio s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20) e dos contratos: Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21); Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021 (Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21). Todos esses instrumentos jurídicos serviram para o repasse de recursos destinados a ações e serviços de enfrentamento da COVID 19 no valor total de **R\$ R\$ 18.255.105,99** (dezoito milhões duzentos e cinquenta e cinco mil cento e cinco reais e noventa e nove centavos). Tais recursos foram recebidos pelo beneficiário, na conta corrente nº 500105-8 Ag.152/CEF vinculada ao CNPJ nº 28.824.195/0001-52, conforme demonstrado no **Anexo 01** deste Relatório.





#### ANEXO 04 - CONSTATAÇÃO 666500

Tal fato está de acordo com Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20); Convênio s/nº de 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20); Convênio s/nº de 09/02/2021 (Port.1666/20), os contratos: Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21); Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021 (Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021 (Port.1453/21); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21), Portaria MS/GM nº 774 de 09/04/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS nº 721/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS/GM nº 1393 de 21/05/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1448 de 29/05/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1717 de 08/07/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1666 de 1º/07/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 2994 de 29/10/2020 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria GM/MS Nº 373 de 02/03/2021 Caput Art. 1º e Anexo; Portaria GM/MS Nº 501 de 19/03/2021 Caput Art. 1º e Anexo; Portaria GM/MS Nº 735 de 19/04/2021 Caput Art. 1º e Anexo; Portaria GM/MS Nº 829 de 28/04/2021 Caput Art. 1º; Portaria MS/GM nº 1059 de 24/05/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 1392 de 25/06/2021 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1453 de 29/06/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 1996 de 13/08/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 2336 de 14/09/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 2730 de 14/10/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 3202 de 18/11/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 3340 de 1º/12/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 897 de 5/05/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 1802 de 20/07/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS/GM nº 2999 de 03/11/2021 Caput, Art. 1º e Anexo, Lei Federal 13.979 de 2020 e Decreto Federal 10.360/2020; Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020, Emenda Constitucional nº 106 de 06 de maio de 2020.

**Fonte da Evidência:** Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20); Convênio s/nº de 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20); Convênio s/nº de 09/02/2021 (Port.1666/20), Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21); Contrato Nº 2021.03-040 de 30/03/2021 (Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021 (Port.1453/21); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21); Plano de Contingência Operativo da Macro Região Sul; Notas de Empenho e Transferências Bancárias relativas aos recursos repassados ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço e Relação de recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde no período de 01/03/2020 a 31/12/2021 apresentados digitalmente pela SMS de São Lourenço, Extrato da conta corrente nº



#### ANEXO 04 - CONSTATAÇÃO 666500

conta corrente nº 624033-6/Ag. 152/CEF no período de março/2020 dezembro/2021 apresentados digitalmente pela SMS São Lourenço, Termos de Entrevista com equipe da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço nos dias 25 e 26/04/2023: Diretora de Saúde/G.C.N., Diretora Administrativa de Saúde/L.M.M.M.S., Ex Gerente de Controle e Avaliação/D.P.D. e o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Lourenço/E.S.F.

**Conformidade:** Conforme







#### ANEXO 05 - CONSTATAÇÃO 666507

##### ANEXO 05 – CONSTATAÇÃO 666507:

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Subgrupo:** Item: Movimentação Financeira

**Constatação:** A SMS de São Lourenço valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço de acordo com os prazos estabelecidos nos: **Convênio** s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); **Convênio** s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); **Convênio** s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); **Convênio** s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); **Convênio** s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); **Convênio** s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20) e nas normas que regulamentam os repasses.

**Evidência:** Após análise dos documentos apresentados verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço validou as prestações de contas parcial e total do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço de acordo com os prazos estabelecidos **Convênio** s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); **Convênio** s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); **Convênio** s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); **Convênio** s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); **Convênio** s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); **Convênio** s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20) e nas normas que regulamentam os repasses.

As prestações de contas foram apresentadas à SMS/São Lourenço pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, em formato digital (CD) e validadas pelo Conselho Municipal de Saúde por meio das Resoluções números 11/2021 de 23/09/2021 e 12/2022 de 30/06/2022.

Para os convênios e contratos: **Convênio** s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20); **Convênio** s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20); **Convênio** s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20); e os Contratos: **Contrato Nº 2021.03-039** de 30/03/2021 (Port.373/21); **Contrato Nº 2021.03-040** de 30/03/2021(Port.501/21); **Contrato Nº 2021.05-024** de 14/05/2021 (Port.735/21); **Contrato 2021.05-025** de 14/05/2021 (Port.829/21); **Contrato 2021.05.049** de 21/05/2021 (Port.897/21); **Contrato 2021.05.060** de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021 (Res.7461/21); **Contrato nº 2021.05.061** de 28/05/2021 (Resolução 7511/2021); **Contrato 2021.05-062** de 28/05/2021 (Port.1059/21); **Contrato nº 2021.06-029** de 28/06/2021 (Resolução 7546/2021); **Contrato 2021.07-023** de 12/07/2021(Port.1453/21); **Contrato nº 2021.07.048** de 29/07/2021 (Resolução 7607/2021); **Contrato 2021.08-035** de 24/08/2021 (Port. 1966/21); **Contrato nº 2021.08.040** de 27/08/2021 (Resolução 7655/2021); **Contrato 2021.09-018** de 21/09/2021 (Port.2336/21); **Contrato nº 2021.10-017** de 22/10/2021 (EP 14050009); **Contrato 2021.10-016** de 22/10/2021 (Port.2730/21); **Contrato 2021.11-006** de 29/11/2021 (Port.3202/21); **Contrato 2021.12-005** de 16/12/2021 (Port.3340/21), onde não há previsão de prestações de contas financeiras, mas o acompanhamento da execução, verificou-se que as Notas Fiscais apresentadas pelo Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, encontram-se com atesto (carimbo de declaração de recebimento dos serviços) pelas Diretoras de Saúde e Administrativa de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço.

Tais fatos estão de acordo com o: **Convênio** s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20) cláusula 8ª; **Convênio** s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014) cláusula 8ª; **Convênio** s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20) cláusula 8ª; **Convênio** s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20) cláusula 8ª; **Convênio** s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20) cláusula 8ª; **Convênio** s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20) cláusula 8ª. Com o: **Convênio** s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20) cláusula 9ª; **Convênio** s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20) cláusula 9ª; **Convênio** s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20) cláusula 9ª e os Contratos: **Contrato Nº 2021.03-039** de 30/03/2021 (Port.373/21) cláusula 7ª; **Contrato Nº**



#### ANEXO 05 - CONSTATAÇÃO 666507

**2021.03-040** de 30/03/2021 (Port.501/21) cláusula 7ª; **Contrato Nº 2021.05-024** de 14/05/2021 (Port.735/21) cláusula 7ª; **Contrato 2021.05-025** de 14/05/2021 (Port.829/21) cláusula 7ª; **Contrato 2021.05.049** de 21/05/2021 (Port.897/21) cláusula 7ª; **Contrato 2021.05.060** de 28/05/2021 e I Termo Aditivo de 01/07/2021 (Res.7461/21) cláusula 7ª; **Contrato nº 2021.05.061** de 28/05/2021 (Resolução 7511/2021) cláusula 7ª; **Contrato 2021.05-062** de 28/05/2021 (Port.1059/21) cláusula 7ª; **Contrato nº 2021.06-029** de 28/06/2021 (Resolução 7546/2021) cláusula 7ª; **Contrato 2021.07-023** de 12/07/2021(Port.1453/21) cláusula 7ª; **Contrato nº 2021.07.048** de 29/07/2021 (Resolução 7607/2021) cláusula 7ª; **Contrato 2021.08-035** de 24/08/2021 (Port. 1966/21) cláusula 7ª; **Contrato nº 2021.08.040** de 27/08/2021 (Resolução 7655/2021) cláusula 7ª; **Contrato 2021.09-018** de 21/09/2021 (Port.2336/21) cláusula 7ª; **Contrato nº 2021.10-017** de 22/10/2021 (EP 14050009) cláusula 7ª; **Contrato 2021.10-016** de 22/10/2021 (Port.2730/21) cláusula 7ª; **Contrato 2021.11-006** de 29/11/2021 (Port.3202/21) cláusula 7ª; **Contrato 2021.12-005** de 16/12/2021 (Port. 3340/21) cláusula 7ª. Com a Resolução SES/MG nº 7511 de 17 de maio de 2021 Caput Art. 1º e Anexo Único, Resolução SES/MG nº 7546 de 15/06/2021 Caput Art. 1º e Anexo Único, Resolução SES/MG nº 7607 de 20/07/2021 Caput Art. 1º e Anexo Único; Resolução SES/MG nº 7655 de 12/08/2021 Caput Art. 1º e Anexo Único; Resolução SES/MG nº 7461 de 31/03/2021 Caput Art. 1º e Anexo I e Termo de Compromisso 744/7461 de 19/04/2021. Com a Portaria MS/GM nº 774 de 09/04/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS nº 721/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS/GM nº 1393 de 21/05/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1448 de 29/05/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1717 de 08/07/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1666 de 1º/07/2020 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 2994 de 29/10/2020 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria GM/MS Nº 373 de 02/03/2021 Caput Art. 1º e Anexo; Portaria GM/MS Nº 501 de 19/03/2021 Caput Art. 1º e Anexo; Portaria GM/MS Nº 735 de 19/04/2021 Caput Art. 1º e Anexo; Portaria GM/MS Nº 829 de 28/04/2021 Caput Art. 1º; Portaria MS/GM nº 1059 de 24/05/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 1392 de 25/06/2021 Caput, Art. 1º e Anexo; Portaria MS/GM nº 1453 de 29/06/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 1996 de 13/08/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 2336 de 14/09/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 2730 de 14/10/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 3202 de 18/11/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 3340 de 1º/12/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 897 de 5/05/2021 Caput, Art. 1º e Anexo I; Portaria MS/GM nº 1802 de 20/07/2020 Caput, Art. 1º; Portaria MS/GM nº 2999 de 03/11/2021 Caput, Art. 1º e Anexo.

**Fonte da Evidência:** **Contrato nº 2021.05.061** de 28/05/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7511/2021; **Contrato nº 2021.06-029** de 28/06/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7546/2021; **Contrato nº 2021.07.048** de 29/07/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7607/2021; **Contrato nº 2021.08.040** de 27/08/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7655/2021; **Contrato 2021.05.060** de 28/05/2021: Recurso Estadual previsto na Resolução SES/MG nº 7461/2021 e no Termo de Compromisso 744/7461 de 19/04/2021; Convênio s/nº de 29/04/2020 (Port.774/20); Convênio s/nº de 04/05/2020 (EP 396000014); Convênio s/nº de 25/05/2020 (Port.1393/20); Convênio s/nº de 20/07/2020 (Port.1717/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº de 07/08/2020 (Port.1666/20); Convênio s/nº de 24/11/2020 (Port. 2995/20); Convênio s/nº 13/11/2020 (Port. 1666/20); Convênio s/nº de 15/01/2021 (Port.3567/20); Convênio s/nº 09/02/2021 (Port.1666/20), Contrato Nº 2021.03-039 de 30/03/2021 (Port.373/21); Contrato Nº



#### ANEXO 05 - CONSTATAÇÃO 666507

2021.03-040 de 30/03/2021(Port.501/21); Contrato Nº 2021.05-024 de 14/05/2021 (Port.735/21); Contrato 2021.05-025 de 14/05/2021 (Port.829/21); Contrato 2021.05.049 de 21/05/2021 (Port.897/21); Contrato 2021.05-062 de 28/05/2021 (Port.1059/21); Contrato 2021.07-023 de 12/07/2021(Port.1453/21); Contrato 2021.08-035 de 24/08/2021 (Port. 1966/21); Contrato 2021.09-018 de 21/09/2021 (Port.2336/21); Contrato nº 2021.10-017 de 22/10/2021 (EP 14050009); Contrato 2021.10-016 de 22/10/2021; (Port.2730/21); Contrato 2021.11-006 de 29/11/2021 (Port.3202/21); Contrato 2021.12-005 de 16/12/2021 (Port.3340/21); Notas de Empenho relativas aos recursos destinados ao enfrentamento da COVID 19, repassados ao Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço no período de 01/03/2020 a 31/12/2021 apresentadas digitalmente pela SMS de São Lourenço; Prestações de Contas apresentadas digitalmente pelo Hospital e Termos de Entrevista com equipe da Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço nos dias 25 e 26/04/2023: Diretora de Saúde/G.C.N., Diretora Administrativa de Saúde/L.M.M.M.S., Ex Gerente de Controle e Avaliação/D.P.D. e o Diretor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Lourenço/E.S.F.

**Conformidade:** Conforme.

